

CRMV PR

Conselho Regional de
Medicina Veterinária / P R

Nº 2 Ano 1
Janeiro/Março 2002



AGROPECUÁRIA ORGÂNICA:

O CONCEITO DO FUTURO!

Cadeia do Leite:
os antecedentes
da crise

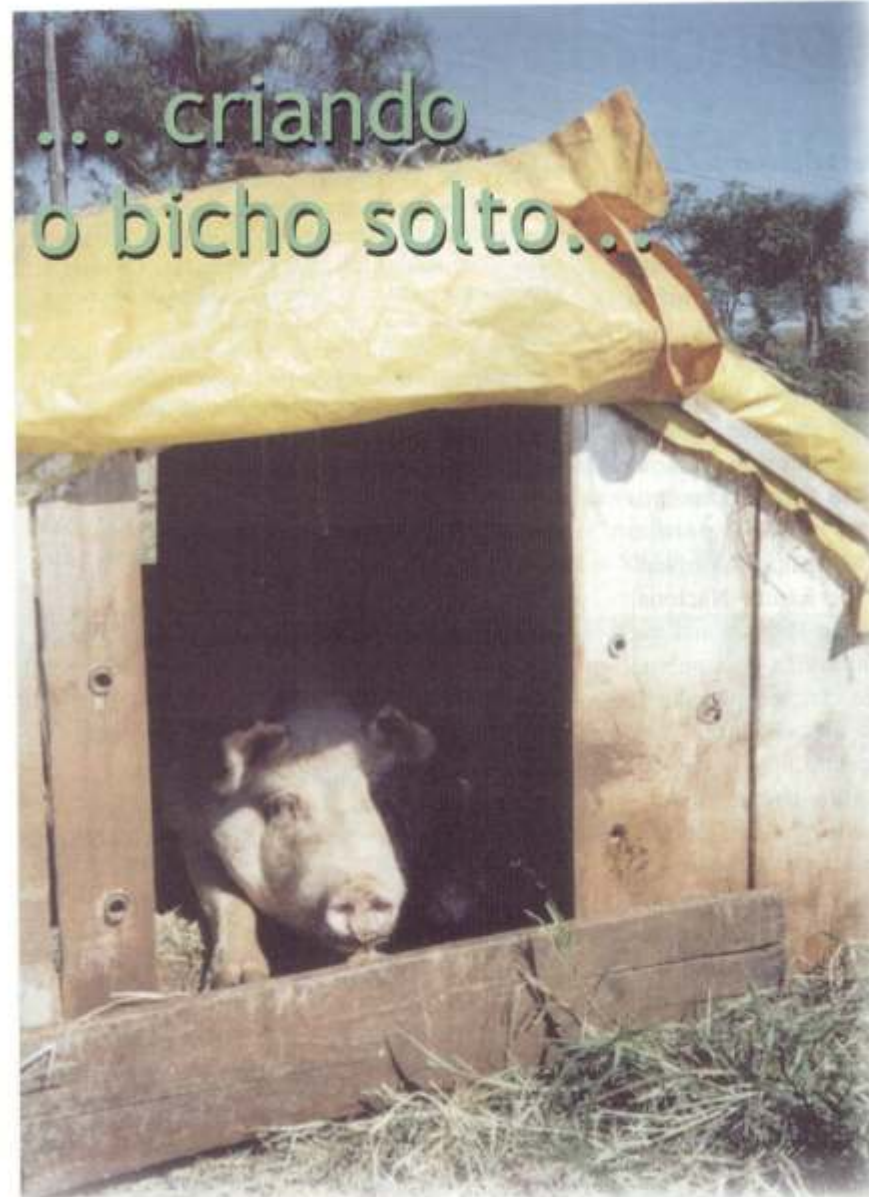
Voluntários
fazem campanha
em Curitiba

Fiscalização:
pente-fino nos
abatedouros

Sua empresa também pode brilhar aqui!

CRMV PR
Conselho Regional de
Medicina Veterinária/PR

... criando o bicho solto...



Novos conceitos para a pecuária

A Agroecologia desponta como a nova tendência do século XXI. A procura por alimentos isentos de produtos químicos e a preservação dos recursos naturais funcionam como molas propulsoras de um mercado que vem crescendo até 40% ao ano.

Leia nesta edição reportagem com grandes nomes que desvendam os caminhos da Agroecologia brasileira. Saiba também como está a regulamentação nacional para produtos "orgânicos" de origem animal. Na página 12.

Nesta Edição:

As posições políticas do CRMV-PR tem sido decisivas para a contratação de veterinários para a Defesa Sanitária Animal. Página 5.

Educação Continuada

Cursos e debates atualizam veterinários e zootecnistas nas mais diversas áreas de trabalho. Página 7.

Entrevista Especial



Dr. Ernest E. Müller fala sobre o Plano Nacional de Combate à Brucelose e Tuberculose. Página 10.

Controle de Natalidade de Cães e Gatos

Conheça os resultados da campanha voluntária que os clínicos de pequenos animais abraçaram em 2001 na capital. Página 19.



Crise do Leite
Dr. Ronei Volpi, médico veterinário, faz uma análise detalhada sobre as dificuldades do setor no Brasil. Leia na página 20.

Eles não sabem o que fazem...

O que pode acontecer na falta de Responsáveis Técnicos? Veja o resultado da "Operação Pente-fino" nos abatedouros do interior. Página 24.



CRMV-PR: R. Brasília Itiberê, 356 - Jardim Botânico - Curitiba - Paraná; CEP: 80210-060 - Fone: (41) 263-2511 - Fax: (41) 264-4085 - E mail: jornalismo@crm-pr.org.br - DIRETORIA EXECUTIVA Presidente: Paulo Moreira Borba Vice-Presidente: Ernst Eckehardt Muller Secretário Geral: Rogério Sprada Tesoureiro: Carlos R. Conti Naumann CONSELHEIROS Ana Lúcia Menon - Gelson Hein - Hugo Keiji Kimura - José Jorge dos Santos Abrahão - Marina Hiromi Assanuma - Nélio Rickli - Nestor Werner - Onésimo Locatelli - Renato Luiz Lobo Miró - Sérgio Toshihiko EKO - Zorba Mestre Dallalana - EDIÇÃO Luiz Alexandre Filho - Cláudia Maria de Moraes - JORNALISTA RESPONSÁVEL Cláudia Maria de Moraes - Mtb 3186/12/13 - PROJETO GRÁFICO Augusto Neto - Daniel Vidal - Cláudia Maria de Moraes - FOTOS - Valdecir Teixeira Bastos Fotografias REVISÃO Nataly Moreira Correa TIRAGEM 8.000 exemplares FOTOLITO E IMPRESSÃO Serzegraf - 278-9460 OBS: As matérias e artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da Diretoria do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná.

Prezado(a) Colega

O início de um novo ano, sempre nos inspira, nos faz renascer, acreditar e renovar esperanças, enquanto houver o amor, a crença e a fé. O início do ano é sempre uma nova oportunidade para reiniciar.

E quem nos dá a forças? Quem recarrega nossas energias ao longo de todo o ano?

Com certeza é Deus... Junto com ele, aqueles que estão ao nosso lado, nossos familiares, amigos e apoiadores.

Nos primeiros dias do ano, Veterinários e Zootecnistas do Brasil inteiro, refletem sobre suas conquistas do ano que passou.

Já os Conselhos e entidades de classe, especialmente o CRMV-PR, avaliam as conquistas e o cumprimento da função social da categoria. Pensam naqueles profissionais que fazem nossa história, que dedicam-se a causas nobres, que trabalham garantindo melhores condições de vida para sociedade brasileira.

Assim, este é o momento de rendermos justa homenagem aos nossos pesquisadores, que buscam o conhecimento científico; aos professores, e a todos aqueles que realizaram ações pontuais na área de Inspeção, na Defesa Sanitária, na Produção, na Extensão, na Clínica Médica nas ações de Gestão Ambiental, na Vigilância e Saúde Pública e demais segmentos.

Profissionais estes, que defenderam posições sobre os transgênicos, sobre bem-estar animal, sobre a doença da Vaca Louca e muitos outros te-

mas. O fizeram de forma madura e responsável, mostrando à sociedade, a importância da veterinária e zootecnia brasileiras.

No Brasil, ficou expresso no ano que passou, o direcionamento do CFMV para o novo tempo. A implantação do Exame Nacional de Capacitação Profissional vai procurar garantir, que somente profissionais competentes atuem no mercado de trabalho.

Especialmente no Paraná, foi destaque o voluntarismo dos clínicos na Campanha de Controle de Natalidade para Cães e Gatos em Curitiba e, nos últimos dois meses do ano, mereceu atenção especial a área de Controle de Pragas Urbanas. Reunimos para treinamento básico, em Maringá, Curitiba e Londrina, mais de 150 profissionais interessados neste novo espaço do mercado de trabalho, para atuar como fiscais da Vigilância ou como Responsáveis Técnicos em empresas da referida área.

Estamos certos, prezados leitores, que nossas ações têm sido voltadas em defesa da sociedade brasileira e isso nos reafirma a certeza da direção que tomamos.

Fica neste momento, o abraço dos Diretores, Conselheiros, funcionários, parceiros e apoiadores, a todos os Veterinários, Zootecnistas e leitores do Paraná e do Brasil.

Desejamo-lhes:

Sucesso

e um novo ano

com muita

Saúde e Paz

junto a seus familiares.

Paulo Moreira Borba
Presidente do CRMV-PR



Cartas

Com muita satisfação venho enaltecer a Revista CRMV-PR, Nº 01, Ano 01, Jul / Set 2001, que tive o privilégio de conhecer. A Diretoria Executiva e a equipe de produção estão de parabéns pelo elevado nível não só da publicação, mas também das matérias e artigos que refletem o desenvolvimento da Medicina Veterinária e da Zootecnia paranaenses.

Destaco, particularmente, a entrevista com o médico veterinário homeopata, Dr. Antonio Sampaio, que numa demonstração inequívoca de sabedoria e praticidade sinalizou um futuro promissor para essa especialidade médico veterinária.

Atenciosamente,

Roni Barbosa - médico veterinário CRMV/SC
Nº 0209 - Florianópolis - SC

Prezados Senhores: Que absurdo esta foto que a prefeitura (de Curitiba) faz questão de exibir em seu site, isto causa indignação e revolta. Um boxer com uma focinheira que quase tapa sua cabeça e como se isso não bastasse usam um enforcador com garras. Isso é desumano!!!

Quem deve ser punido é o proprietário irresponsável e não o animal (que é uma vítima). E os veterinários deviam alertar a população dos males da focinheira!

Atenciosamente

Clube das Pulgas

Gostaria de responder a pergunta: "Até que ponto temos o direito de decidir sobre o destino dos animais?" Como profissionais de medicina veterinária somos os únicos com este direito e capacidade para isso. Até que ponto? Até o ponto da racionalidade. Se soubéssemos que as escolas de veterinária formam profissionais competentes e conscientes estaríamos tranquilos. Temos que lutar para isso. Formações em que os alunos são responsáveis pelo bem estar do animal, durante a permanência no hospital veterinário são essenciais para a vida profissional.

Aprender a diferenciar eutanásia de assassinato é vital. Saber que aquele animal em questão é uma ameaça à saúde pública e tem que ser sacrificado é básico. Se o próprio veterinário não tem certeza de que é certo o que está fazendo, não vai ser a população que vai aplaudir. Erros médicos devem ser punidos. Posturas antiéticas devem ser orientadas. É só o veterinário que pode indicar ou não a eutanásia e um destino digno aos animais.

Precisamos mostrar para todos que levando o cachorro ao veterinário ele terá mais chances de cura do que se levado ao prático da esquina; que se o rebanho não for acompanhado pelo veterinário o produtor terá prejuízo: que se a carne que vai pra mesa não for inspecionada pode-se contrair doenças. E pra isso precisamos de bons profissionais, boas escolas e um programa de marketing da classe. Tendo respeitabilidade o veterinário passa a ser ouvido, podendo participar de programas de educação desde a infância e quem sabe mudar a mentalidade da nova geração.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o CRMV-PR pela revista de excelente qualidade.

Um abraço,

Roberta Ramalho (médica veterinária)

CRMV-PR pressiona governo para contratação de médicos veterinários

O desfalque de profissionais na SEAB levou o CRMV-PR a retomar a pressão pública para que o Governo do Paraná contrate veterinários. No dia 29 de novembro, o Conselho mandou publicar a matéria abaixo no primeiro caderno do jornal Folha do Paraná.

O CRMV-PR, assim como todos os veterinários, pecuaristas e empresários do setor produtivo de carne, não

quer que o descaso do governo estadual com a Defesa Sanitária Animal e Vigilância Epidemiológica resulte no retrocesso.

As pressões vieram de todos os lados e, certamente a posição do CRMV-PR contribuiu para o desfecho. O fato é que os seis profissionais que estavam na espera imediata foram efetivados.

Agora, a SEAB-PR corre outro risco:

de perder seus profissionais para o Ministério da Agricultura. Os baixos salários, congelados há seis anos, incentivaram a participação no concurso do Ministério. Com certeza, passou da hora de rever também os salários de quem segura as pontas da sanidade da carne paranaense. Existem os momentos em que é preciso agir, e a ação do governo tem que ser imediata!

Governo do PR pode perder prazo e colocar em risco exportação de carne

20% das Unidades Veterinárias da SEAB-PR estão sem profissionais. Prazo de 4 anos para admissão de concursados expira em maio de 2002.

Vinte e seis das 120 Unidades Veterinárias DSA (Defesa Sanitária Animal) da SEAB (Secretaria da Agricultura e Abastecimento) do Paraná estão sem médicos veterinários. "A falta de profissionais afeta os trabalhos da DSA, pode comprometer as metas da campanha contra febre aftosa e a Vigilância Sanitária, o que pode facilitar a volta da doença", alerta o médico veterinário Paulo Borba, presidente do CRMV-PR.

O trabalho da DSA da SEAB consiste também em fiscalizar o trânsito de animais em nossas fronteiras estaduais, internacionais como dentro do Estado. A SEAB-PR deve acompanhar e garantir a sanidade dos rebanhos e a vigilância epidemiológica que é o ponto fundamental neste processo.

Os médicos veterinários da DSA são imprescindíveis para garantir o controle e erradicação de inúmeras doenças nas mais diversas espécies de animais: bovinos, aves, caprinos, suínos, eqüinos, etc. Sem a presença do veterinário uma doença não identificada devidamente pode se alastrar em questão de dias.

Concursados esperam

O agravante, é que em abril de 1996 o governo autorizou a contratação dos veterinários, realizou concurso público, mas não efetivou todos. A validade daquele concurso expira em 18 de maio do próximo ano. Dos que faltam ser contratados para completar o quadro, seis profissionais chegaram a fazer os exames médicos exigidos por lei e estão dependendo apenas da assinatura do Governador, há quase um ano, para serem admitidos. Somente depois disto, da contratação destes seis, poderá ser aberto processo para se contratar os outros 20 já aprovados.

O problema é que, a partir de então, será preciso respeitar todos os prazos burocráticos: pelo menos 10 dias para publicação em Diário Oficial; 30 dias para que os candidatos se apresentem; 15 dias para as férias coletivas do funcionalismo do Estado; cerca de 30 dias para concorrência pública entre as empresas que vão se propor a efetuar os exames médicos; mais prazo para os exames propriamente ditos; escolha de cidade por parte dos candidatos; e quanto tempo mais para a assinatura do Governador? No ritmo que anda, se o Secretário de Administração não alertar o Governador, com certeza, vai perder o prazo!

O que o governador está esperando?

Talvez, que percamos 30 anos de trabalho árduo para a conquista do status de área livre de febre aftosa com vacinação? Ou que volte a peste suína clássica? Talvez scrapie, ou gripe eqüina? O que poderá acionar a caneta do Governador? Será que ele não entendeu que o grande desafio é o de conquistarmos a área livre sem vacinação?

Para a resposta automática citando a Lei de Responsabilidade Fiscal vai o estímulo ao bom senso: quanto o Estado vai deixar de ganhar (em dólares) se nos fecharmos as portas do mercado internacional de carne? O que vamos dizer para os auditores do Ministério da Agricultura; para o Centro Panamericano de Febre Aftosa, e para a Organização Internacional de Epizootias? Como ficam as responsabilidades sanitárias e econômicas?!!!

"Ainda temos a esperança de que o Governo não fique no discurso, que não haja descaso, e assim, sejam poupados os prejuízos dos pecuaristas e da iniciativa privada", afirma o presidente do CRMV-PR.

Médicos Veterinários são destaque

Comemorações e eventos saudaram os profissionais em todo o Paraná

Durante as festividades em comemoração ao Dia do Médico Veterinário, os Núcleos de Pato Branco e do Vale do Iguaçu, realizaram um encontro de confraternização.

O evento aconteceu no próprio dia 09 de setembro, no Centro de Convenções de São Jorge D'Oeste, às margens do Lago do Iguaçu. A solenidade foi presidida pela médica veterinária Leila Matzenbacher presidente do Núcleo do Vale do Iguaçu, anfitriã do encontro.

Estiveram presentes o presidente do CRMV-PR, Dr. Paulo Moreira Borba; o prefeito de São Jorge do D'Oeste, médico veterinário Luiz Raimundo Corte; o vice-prefeito, Médico Julio Zavala Bariento; o presidente da Associação de Moradores do Lago do Iguaçu, médico Kit Abdala; e o conselheiro do CRMV-PR do Sudoeste, médico veterinário Nestor Werner.

Homenagens

A ocasião foi propícia para homenagem aos seguintes médicos veterinários pelo Núcleo do Vale do Iguaçu: Dr. Classi Amantino Biavatte - o primeiro presidente do Núcleo Vale do Iguaçu; Dr. Jamil Manoel Leal - veterinário mais antigo do Núcleo; Dr. Luiz Raimundo Corte - destaque político; Dr. Luiz Marcolina - presidente do Núcleo de Pato Branco e pesquisador do IAPAR, como destaque do serviço Público; Dr. Orlando Pessuti - destaque político estadual; Dr. Rolindo Bordim - destaque administrativo; e, Dra. Tânia M. V. Busignani - destaque clínica de pequenos animais.

Detaque do ano

Pelo Núcleo dos Médicos Veterinários de Pato



Acima, o encontro dos profissionais. Ao lado, as personalidades:
 * Dr. Paulo Borba, presidente do CRMV-PR;
 * Dr. Raimundo Conte, prefeito de São Jorge D'Oeste;
 * Dra. Leila Matzenbacher, presidente do Núcleo de Foz do Iguaçu;
 * Dr. Luiz Marcolina, presidente do Núcleo de Pato Branco;
 * Dr. Rolindo Bondim, Destaque Administrativo;
 * Dr. Nestor Werner, conselheiro do CRMV-PR.

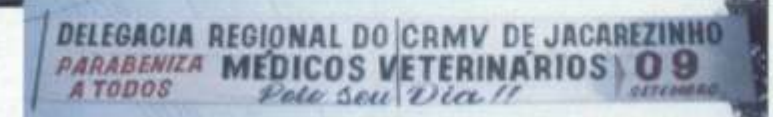
Branco, como já é de tradição a escolha de um profissional destaque no ano, a escolha recaiu no médico veterinário Nestor Werner, atual conselheiro do CRMV-PR e empresário do setor de Transportes pelas conquistas em prol da classe Médica Veterinária do Sudoeste.

Ao meio dia foi servido o almoço de confraternização e à tarde, muitos jogos e brincadeiras.

Já está agendado para 2002, nova

confraternização, com a presença dos três Núcleos do Sudoeste.

Parabéns a Diretoria do Núcleo do Vale do Iguaçu pela organização do Evento. ■



Faixas saudaram profissionais em Jacarezinho e na Lapa.

Palestra

Ainda em comemoração ao Dia do Médico Veterinário, o vice-presidente do CRMV-PR, Dr. Ernest E. Müller, esteve em Rio Azul no dia 12 de setembro. Em sua palestra explicou o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.

Filantropia

Um computador que estava obsoleto no CRMV-PR está hoje a serviço de 60 crianças da Associação Jacarezinhense de Deficientes Auditivos e Visuais. A entidade tem como presidente um Conselheiro do CRMV-PR, o médico veterinário Onésimo Locatelli.

Profissionais aprovam cursos oferecidos pelo CRMV-PR no interior

O calor intenso não desanimou os 58 profissionais e alunos, que durante dois dias, 16 e 17 de outubro, estiveram reunidos em Maringá para o curso de Controle de Pragas Urbanas, ministrado pelo médico veterinário, Dr. Ricardo Matias.

Foram tratados temas visando preparar os profissionais para atuação como RT's em desinsetizadoras. Constataram no programa formulações de inseticidas, uso de equipamentos, controle de pulgas, moscas, baratas, borrachudos, mosquitos e ratos.

Opiniões

O médico veterinário autônomo, Dr. Cícero José de Moraes Coimbra, disse que o conhecimento repassado no curso lhe deu "uma boa bagagem" sobre as zoonoses. "O conhecimento que ele (Dr. Ricardo Matias) tem é muito grande, por isso é muito bom", avalia.

"O Conselho está de parabéns", declarou Dr. Lourenço Yogo Suzumura, médico veterinário da DSA da SEAB-PR. "O curso



foi muito bom" porque o campo de roedores "é amplo e tem poucos profissionais nesta área", disse. "Com os cursos, o CRMV-PR tem dado oportunidade para os profissionais", completou.

Já o médico veterinário, Dr. Homero Arruda Júnior, achou "excelente" a iniciativa do CRMV-PR de levar o curso para o interior. "É uma responsabilidade profissional que cabe a nós, médicos veterinários". Disse ainda que vai aproveitar bem o curso em sua área, Vigilância Sanitária e Controle de Alimentos, que "em todos os

aspectos está enfocando a Saúde Pública".

Dr. Reinaldo César, clínico de pequenos e grandes animais em Arapongas, também elogiou o curso. Salientou que a atual administração do CRMV-PR está demonstrando interesse em novas áreas, abrindo mais campos para a Medicina Veterinária. Para Dr. Reinaldo, esta é uma iniciativa "importante porque os campos antigos estão praticamente saturados", enfatizou, "tem que ter novidades para a Medicina Veterinária."

O curso de controle de pragas fez tanto sucesso em Maringá, que o CRMV-PR resolveu repetir a dose em Londrina nos dias 20 e 21 de novembro. Lá, a participação do público foi maior ainda: 83 veterinários, zootecnistas e alunos.

Tecnologia de Carnes

A Educação Continuada não pode parar. O CRMV-PR promoveu um curso dirigido a Responsáveis Técnicos de frigoríficos, indústria de alimentos, profissionais da área de inspeção, vigilância e demais interessados. O evento aconteceu nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro simultaneamente em Londrina (Cambé) e Curitiba.

O curso foi ministrado ao vivo pelo sistema interativo da Universidade Eletrônica. As vagas ficaram limitadas a 25 por cidade.

Nota: dificuldades técnicas impediram as transmissões para Francisco Beltrão. Mas, o presidente do CRMV-PR já se comprometeu a realizar o curso de Tecnologia de Carnes naquela região com os professores *in loco*. A data será acertada entre os colegas e o Núcleo de Médicos Veterinários local.

QualiLeite tem apoio do CRMV-PR

O projeto é desenvolvido por veterinários e zootecnistas das prefeituras municipais, EMATER-PR e iniciativa privada da região do Norte Pioneiro que trabalham na cadeia agroindustrial do leite. Produtores, manipuladores de produtos lácteos, profissionais e empresários fazem parte do público-alvo dos cursos do projeto QualiLeite.

No mês de novembro, foi possível a realização de treinamento em dois módulos para os envolvidos na cadeia produtiva do setor aliando recursos do PRONAF (Governo Federal), do Paraná 12 Meses



Manipuladores de produtos lácteos recebem treinamento.

(Governo do Paraná), FAEP, AMUNORPI e CRMV-PR.

O primeiro, aconteceu nos dias 13 e 14 de novembro na FANORPI, em Santo Antônio da Platina, aprofundou o tema: "gestão na atividade leiteira"; e o segundo encontro, entre 19 e 23 de novembro na Estação Experimental do IAPAR, em Ibitiporã, tratou mais da "vivência da propriedade leiteira": ordenha, manejo sanitário e alimentar, higiene e limpeza de equipamentos, enfim, todas as rotinas, sempre com participação dos pesquisadores.

tário e alimentar, higiene e limpeza de equipamentos, enfim, todas as rotinas, sempre com participação dos pesquisadores.

Ensino da Medicina Veterinária será discutido em Londrina



15 de março. O evento, vai reunir diretores, coordenadores de curso, professores e representantes discentes.

Ações que dão certo!

* O Manual de Responsabilidade Técnica, editado pelo CRMV-PR, ficou tão informativo e prático que serviu de modelo para os manuais de outros estados.

* A Delegacia Regional de Maringá está fazendo um cadastramento local dos veterinários por área de atuação. Assim fica mais fácil encontrar os colegas de cada especialidade veterinária, seja para troca de conhecimento científico ou confraternização. A idéia foi do conselheiro do CRMV-PR, Dr. Hugo Keiji Kimura. *Parabéns!*

Presidida pelo Dr. Ítalo Minardi, a Comissão Estadual de Ensino do CRMV-PR reuniu-se em Umuarama, no dia 10 de dezembro, para deliberar sobre Residência Veterinária; Exame Nacional de Capacitação Profissional, e o Ensino da Medicina Veterinária no Paraná. O presidente e vice do CRMV-PR, respectivamente, Dr. Paulo Moreira Borba e Dr. Ernest E. Müller, estiveram presentes.

Estes e outros temas voltam à pauta no Seminário "O Ensino da Medicina Veterinária no Paraná" previsto para acontecer em Londrina, na UEL, nos dias 14 e

CRMV-PR debate Meio Ambiente

Em tempos modernos, a preservação do Meio Ambiente permeia todas as disciplinas e faz parte do serviço prestado à sociedade por quaisquer profissões.

Com este entendimento, o CRMV-PR promoveu no dia 7 de dezembro, em Curitiba, uma discussão para colocar veterinários e zootecnistas a par do que se exige hoje em termos ambientais. O evento durou o dia todo e aconteceu no auditório do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

"Gestão Ambiental e Meio Ambiente" foi o tema explanado pelo biólogo Dr. Adalberto Passos, da TECPAR (no



detalhe). "A Questão Ambiental e o Plano de Uso de Solo" foi colocada pelo engenheiro florestal, Joesio Siqueira. "Gestão Ambiental e a Medicina Veterinária" foi tema da palestra do médico veterinário Dr. Romão Miranda Vidal, representante da ANEGA - Educação Ambiental - parceira do CRMV-PR na promoção do evento.

"Medicina Veterinária e o Meio Ambiente", teve como palestrante a médica veterinária autônoma, Dra. Terezinha Bortolan.



Mais uma vez, o Conselho Regional do Paraná proporciona aos veterinários e zootecnistas momentos de discussão de alto nível sobre assuntos exigidos no dia-a-dia das profissões.

UNOPAR-ARAPONGAS tem conceito "B"



A Comissão de Avaliação do Curso de Medicina Veterinária, nomeada pelo MEC composta pelos médicos veterinários e professores João Carlos Pereria da Silva da Universidade Federal de Viçosa e Ricardo Castelo Branco Albinati da Universidade Federal da Bahia, estiveram visitando o Campus de Arapongas entre os dias 7 e 9 de novembro passado.

O professor João Roberto Basile, coordenador do curso, acompanhou todo o processo com auxílio da Comissão de Reconhecimento composto pelos professores Agostinho Ludovico, Valéria N. Teixeira, Leandro Basile e Silvana Gomes Gonzales; tiveram a grata satisfação de apresentar condições de ofertas consideradas com conceito "B".

Na opinião do professor João Carlos Pereira da Silva, da Comissão de Reconhecimento, os pontos fortes avaliados ressaltados foram: corpo docente, instalações do campus e da Fazenda Experimental de Tamarana e dos laboratórios básicos. *Parabéns!*

Errata: O deputado estadual e médico veterinário, Dr. Orlando Pessutti, recebeu o título de Membro Honorário da ACAPAMEVE - Academia Paranaense de Medicina Veterinária - pelo seu trabalho contínuo prestado à Medicina Veterinária do Paraná, como homem público e profissional de mérito indiscutível; não somente por ter apresentado o projeto declarando a ACAPAMEVE como de "Utilidade Pública" na Assembleia Legislativa do Paraná.

Simpósio de Produção Animal vai figurar no calendário de eventos agropecuários

As entidades de Zootecnistas pretendem incluir o SPPA - Simpósio Paranaense de Produção Animal - no calendário anual de eventos estaduais. O episódio veio preencher uma lacuna que havia na divulgação do desenvolvimento científico e tecnológico na produção animal no Paraná.

A abertura, prestigiada por autoridades políticas, científicas e acadêmicas, aconteceu no Memorial da Cidade de Curitiba no dia 5 de novembro. O presidente da ABZ, Marcos Traad, aproveitou a ocasião para lançar o nº 01 da revista "Zootecnia Brasileira".

foi do SINZOO PAR - Sindicato dos Zootecnistas do Paraná; AZOPA - Associação dos Zootecnistas do Paraná; ABZ - Associação Brasileira de Zootecnia e CRMV-PR. ■

Ao lado, Marcos Traad, coordenador do evento. Abaixo, autoridades na solenidade de abertura.



Homenageado

Fundador do SINZOO PAR, membro da AZOPA, e professor da UEM; Doutor Orlando Rus Barbosa é o precursor da organização dos zootecnistas como categoria no Paraná. Por isso, Dr. Rus foi escolhido "O Zootecnista do Ano".



Dr. Paulo Borba, presidente do CRMV-PR, saudando o palestrante Ramiro Warhaftig - Secretário de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Paraná; Abaixo, outros dois

palestrantes, os zootecnistas: Dra Maria Fernanda Fonseca, e o Conselheiro do CRMV-PR, Luiz Alexandre Filho.



Sucesso

Já em sua primeira edição, o SPPA reuniu grandes nomes da pecuária brasileira. Foram abordados temas de interesse como pesquisa científica, mercado da carne, exportação, crise do leite, pecuária orgânica, sistemas de produção sustentáveis, manejo de animais silvestres em zoológicos e até o potencial da carne de jacarés.

Encontro de dirigentes

Entre as atividades do evento, foi programado o Encontro Sul-brasileiro de Dirigentes das IES - Instituições de Ensino Superior de Zootecnia. A reunião foi coordenada pela CNEZ - Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia - vinculada ao CFMV representada pelos zootecnistas Walter Motta Ferreira e Wilson Moreira Dutra. O momento propiciou um rico debate sobre os rumos do ensino universitário.

O primeiro SPPA foi coordenado por Marcos Traad, sendo que a realização

Os membros da Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia, Walter Motta Ferreira (direita) e Wilson Moreira



Dutra (esquerda), participaram do Encontro de Instituições de Ensino (abaixo).



Doutor Orlando Rus Barbosa recebendo homenagem.

O "Caso ANVISA"

O presidente da CNEZ - Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia - Walter Motta Ferreira, declarou que o parecer sobre o "Caso ANVISA" já está no Conselho Federal, mas não adiantou o seu conteúdo.

A RDC 18, uma resolução do Ministério da Saúde, excluiu o zootecnista da lista de profissionais aptos a atuar como Responsável Técnico em empresas controladoras de pragas. O assunto gerou polêmica e o CFMV pediu à CNEZ um parecer para ser apreciado em Plenária do Conselho Federal.

"Fizemos mas ainda não tivemos retorno", conta, "o parecer é do presidente do CFMV para que divulgue ou nos faculte a possibilidade de divulgá-lo".

A matéria deve ser apreciada na próxima Plenária do CFMV, pois não pôde ser incluída na pauta da reunião de setembro (leia maiores detalhes na edição nº 01 da revista do CRMV-PR).

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS MÉDICOS HOMEOPÁTICOS DO PARANÁ



HOMEOPATIA 2002

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HOMEOPATIA

Inscrições abertas de Dezembro de 2001 até Março de 2002
DIRIGIDO A MÉDICOS, MÉD. VETERINÁRIOS e ODONTÓLOGOS
Carga Horária 1250 Horas
Aulas 1 final de semana por mês (Sexta, Sábado e Domingo)

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
FEMHPR - Curitiba - PR

FONE: (41) 338-6316 - FAX: (41) 338-8655
www.femhpr.org.br - e-mail: femhpr@femhpr.org.br

Brucelose e Tuberculose serão combatidas no Brasil

Os treinamentos de médicos veterinários estão previstos para iniciar no primeiro trimestre do ano. Em 2002, a vacinação no Paraná passa a ser obrigatória.

Prof. Müller, quais razões levaram o Ministério à elaboração e implementação deste Programa?
Acredito que três razões principais levaram o Ministério à implementação do PNCEBT.

Em primeiro lugar o risco à Saúde Pública. Tanto a brucelose quanto a tuberculose são doenças dos animais transmissíveis ao homem. Sendo assim, bovinos e bubalinos são importantes fontes de infecção para o ser humano.

A segunda razão é a diminuição da produtividade dos bovinos com perdas econômicas significativas para o pecuarista. Ambas as enfermidades ocasionam diminuição na produção de leite e carne, redução do tempo de vida produtiva e limitação na comercialização de animais. A brucelose caracteriza-se ainda por aborto, retenção de placenta, repetição de cio e infertilidade.

O terceiro motivo é uma possível diminuição na competitividade no comércio internacional de bovinos, carne, leite e derivados.

Quais as principais propostas do PNCEBT?

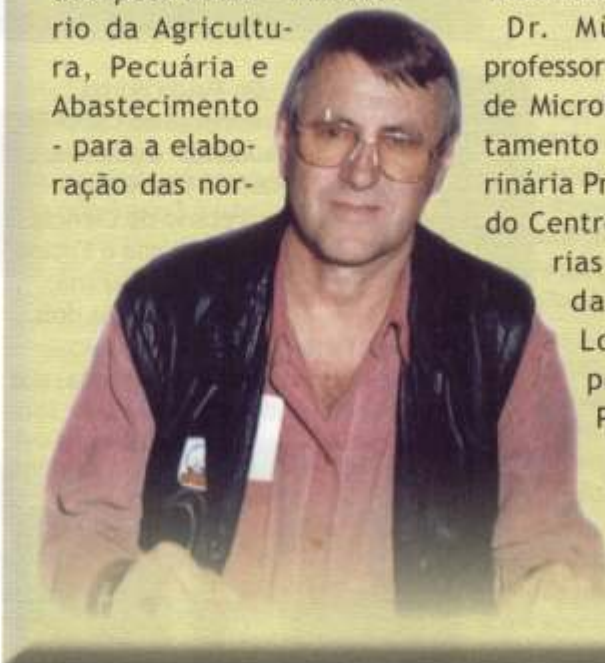
O programa prevê, entre outras ações, a vacinação contra a brucelose, certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose; controle do trânsito e normas para participação em exposições e leilões; padronização dos métodos de diagnóstico, capacitação e credenciamento de médicos veterinários.

Como será a vacinação contra a brucelose?

A vacinação contra a brucelose passa a ser obrigatória. Deverão ser vaci-

Perfil

Dr. Ernst E. Müller é médico veterinário, membro do grupo de trabalho nomeado pelo MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - para a elaboração das nor-



mas técnicas e procedimentos do PNCEBT - Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.

Dr. Müller é também professor titular da disciplina de Microbiologia do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, e Diretor do Centro de Ciências Agrárias da UEL - Universidade Estadual de Londrina - e Vice-presidente do CRMV-PR.

Nesta entrevista, destaca os principais pontos do PNCEBT.

Confira.

nadas todas as fêmeas na faixa etária de três a oito meses de idade. A vacinação será efetuada sob responsabilidade de médicos veterinários cadastrados.

A vacina a ser utilizada é a elaborada com a amostra 19 de *Brucella abortus* (B19). É importante salientar que esta é uma vacina viva atenuada e representa riscos de infecção para o manipulador.

Em que consiste a certificação de propriedades livres?

A adesão à certificação é voluntária e destina-se prioritariamente a propriedades leiteiras. O proprietário compromete-

te-se a sacrificar os animais reagentes positivos. É obrigatória a vacinação de fêmeas na faixa etária de três a oito meses de idade.

A propriedade, para ser certificada como livre, deverá apresentar três testes negativos para todos animais do rebanho. Os testes de diagnóstico serão efetuados por médico veterinário da iniciativa privada credenciado. O terceiro teste para tuberculose será acompanhado por médico veterinário oficial.

No caso da brucelose, a coleta do sangue para a realização do terceiro teste também será acompanhada por médico

veterinário do serviço oficial e a prova será efetuada por laboratório oficial credenciado. O certificado terá a validade de um ano sendo renovado com a apresentação de atestado negativo de todos os animais do rebanho.

E a certificação de propriedades monitoradas?

Em virtude do rigor das normas estabelecidas para propriedades certificadas como livres, idealizou-se a categoria de propriedades monitoradas. Destina-se unicamente a propriedades de pecuária de corte. Os testes de diagnóstico serão realizados por amostragem. É obrigatória a vacinação de fêmeas na faixa etária de três a oito meses de idade. A adesão é voluntária. O diagnóstico para brucelose será realizado anualmente e para tuberculose a cada dois anos em fêmeas de idade igual ou superior a 24 meses. O estabelecimento de criação deve ter supervisão de médico veterinário credenciado.

"É importante salientar que esta (B19) é uma vacina viva atenuada e representa riscos de infecção para o manipulador."

Como será o credenciamento dos médicos veterinários?

As Delegacias Federais do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - credenciarão médicos veterinários que trabalham na iniciativa privada, após aprovação dos mesmos em curso de treinamento em métodos de diagnóstico e controle da brucelose e tuberculose.

O credenciado deverá possuir infraestrutura e material adequado para a realização dos testes de diagnóstico. É importante salientar que médicos veterinários do serviço oficial também devem ser capacitados e aprovados em curso de treinamento.

O Departamento de Defesa Animal reconhecerá instituições de ensino e pesquisa em Medicina Veterinária para ministrar estes cursos de treinamento com duração mínima de 40 horas. Os instrutores destes cursos serão habilitados em seminários promovidos pelo MAPA, visando à padronização de procedimentos.

Quais os testes de diagnóstico preconizados pelo Programa?

Para o diagnóstico da brucelose deverá ser utilizado o teste do Antígeno Acidificado Tamponado (AAT) como prova de rotina, e o teste do 2-Mercaptoetanol (2-ME) como prova confirmatória. O AAT poderá ser efetuado pelo médico veterinário credenciado enquanto o 2-ME por laboratório credenciado.

Poderá ser empregado, ainda como prova confirmatória, o teste de Fixação de Complemento, realizado por laboratório oficial credenciado. O teste do Anel em Leite poderá ser utilizado para monitoramento de propriedades certificadas como

livres de brucelose.

Para o diagnóstico da tuberculose são recomendados testes alérgicos de tuberculinização intradérmica. O teste cervical simples é o teste de rotina de eleição podendo ser utilizado, também, exclusivamente em estabelecimentos de pecuária de corte, o teste da prega caudal.

Animais reagentes às provas de rotina poderão ser submetidos à prova confirmatória, o teste cervical comparativo. Os testes de tuberculinização serão efetuados por médicos veterinários credenciados. É importante salientar que estes testes poderão ser substituídos desde que aprovados pelo Departamento de Defesa Animal.

O que o leva a acreditar no sucesso do programa?

Acredito que o pecuarista vai assimilar com facilidade a importância da vacinação contra a brucelose que passa a ser compulsória. Os últimos acontecimentos ocorridos com a febre aftosa demonstraram ao produtor a importância da vacinação.

O fato da adesão à certificação ser voluntária é um ponto bastante positivo, já que o pecuarista que aderir ao programa estará consciente das suas obrigações e por consequência o médico ve-

terinário credenciado também.

Um outro ponto de vital importância para o sucesso do PNCEBT é a capacitação e credenciamento de médicos veterinários da iniciativa privada e oficial, que visa a padronização das condutas a serem adotadas na execução do programa.

Acredito ser esta uma oportunidade única para a classe médico-veterinária, já que o PNCEBT procura integrar e responsabilizar médicos veterinários do serviço de defesa oficial, da inspeção e iniciativa privada.

Os Conselhos Regionais também terão uma participação importante no programa, tendo que assumir uma posição mais contundente em relação àqueles poucos profissionais que insistem

Professor, na sua opinião quais os pontos críticos do programa?

A implementação do PNCEBT deverá ser precedida obrigatoriamente de uma ampla campanha de educação sanitária para que os pecuaristas sejam sensibilizados a aderir ao programa. Não existe no país um sistema único de identificação animal, o que com certeza dificultará a certificação de propriedades.

A colaboração da cadeia produtiva do leite e carne, principalmente da indústria, é imprescindível para uma efetiva participação do produtor. A inexistência de fundos de indenização específicos para a brucelose e tuberculose poderá fazer com que o programa não alcance a abrangência desejada.

A existência de pequeno número de frigoríficos ou abatedouros em condições de abater os animais reagentes. Poderá ocorrer, ainda, uma certa morosidade no credenciamento de médicos veterinários, o que dificultará a adesão dos produtores à certificação.

Maiores detalhes, no site do M.A.P.A.: www.agricultura.gov.br.

Agroecologia ganha terreno no Brasil e no Mundo

O primeiro mundo paga em média 30% a mais para consumir alimentos livres de agrotóxicos, medicamentos e conservantes químicos. Enquanto isso, a pecuária orgânica brasileira dá os primeiros passos.

Cem bilhões de dólares em 2001. Em 1997, o mesmo mercado gerava US\$ 11 bilhões. Países da União Européia, Estados Unidos e Japão são os maiores consumidores de produtos orgânicos. O crescimento do mercado mundial varia entre 5% e 40% ao ano. Conforme o produto e o país, a diferença de preço pode alcançar patamares mirabolantes: até 500%.

Em determinados países, os orgânicos já absorvem 15% do mercado de alimentos. Na Dinamarca, a meta é que a produção orgânica atinja, até 2005, os 10%. A produção de leite orgânico representa hoje, 14% da produção leiteira dinamarquesa. O alvo para 2005 é que este índice alcance os 50% e, em 2010, complete os 100%. Na Alemanha, a ministra da Agricultura Renate Kunast, do Partido Verde, quer redirecionar os subsídios para a agricultura orgânica em detrimento da convencional.

No ranking das maiores áreas mundiais produzindo orgânicos está a Austrália em primeiro, seguida pelo Canadá, estando os EUA em terceiro lugar. A Argentina é um marco na produção orgânica na América Latina, principalmente em carne bovina.

Novos conceitos

As pesquisas de mercado indicam que o consumidor está cada vez mais preocupado com a saúde e o número de adeptos à alimentação isenta de resíduos químicos não pára de crescer. Os atuais índices de mortes por câncer e doenças cardiovasculares contribuíram para a mudança de hábitos.

Mais que isso, o consumidor exige atenção às condições de vida dos ani-

mais que lhe servirão de alimento. A preservação ambiental e a dignidade do homem do campo também passam a fazer parte da nova ótica agropecuária. A visão é sistêmica, holística, total.

"Antes, a sociedade agrária ditava o que as pessoas na cidade iam comer; depois foram as indústrias; mais tarde os distribuidores; e agora os consumidores começam a ditar as normas", avalia a zootecnista, pesquisadora e doutora em Desenvolvimento da Agricultura, Maria Fernanda Fonseca.

O salto quântico

A Agroecologia tem como principal meta a sustentabilidade. É a ciência, surgida na década de 80 nos EUA, que busca fundamentação científica para as técnicas que preservam os agroecossistemas. Numa propriedade rural,

entende-se por agroecossistema: o homem, sua família, os animais, as plantas, o solo, a água; suas relações entre si e com o Cosmos.

Agora, além das questões econômicas, a noção de agroecossistema exige que sejam vistas também as relações culturais, políticas, ambientais e territoriais. O que era visto sob uma ótica "cartesiana", em partes, agora terá de ser considerado como um todo.

Não se trabalha mais isoladamente. "Várias carreiras profissionais trabalham juntas, em rede, envolvendo todos os setores que se inter-relacionam dentro de um sistema de produção de alimentos, na cadeia produtiva", explica a doutora. Outro fator importante: integra-se o conhecimento científico com o saber local. Técnicos e produtores rurais trocam informações.

Mudança irreversível

O pioneiro do movimento ecológico no Rio Grande do Sul e criador da Fundação Gaia, José Lutzenberger acredita que a "luta intelectual está ganha". Em recente entrevista à "Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável", revista da Emater-RS, Lutzenberger fala que a agricultura sustentável "é o único caminho, senão", enfatiza, "não teremos agricultura" (*Organic Agriculture* - no inglês, engloba também a pecuária).

"O processo é irreversível" segundo Rogério Pereira Dias, presidente do CNPO - Colegiado Nacional de Produção Orgânica - do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Para ele "quanto maior a expectativa de vida, maior a procura por saúde". Em sua opinião, depois que o consumo de produtos isentos de químicos "atingiu os formadores de opinião, a tendência das grandes multinacionais é de criar linhas de produtos harmônicos para a produção orgânica", prevê.

Outro sintoma de que este é o futuro investimento da agropecuária é que a ABIEC - Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne - está acompanhando de perto a regulamentação dos orgânicos. "Tem mostrado grande interesse por causa da perspectiva de mercado internacional", comenta. Rogério avalia que a demanda mundial de orgânicos, hoje, é "para quem tem mais informação e renda". O



O conceito de bem-estar: os animais vivem e se comportam como no habitat natural. Livres de dor, sofrimento ou angústia.

mesmo se reflete no Brasil, o consumo de produtos orgânicos é maior no Sul e Sudeste do que Norte e Nordeste. Quem pode pagar, livra-se dos químicos.

Princípios agroecológicos

"Desenvolver uma agropecuária ecologicamente equilibrada; socialmente justa e economicamente viável". Esta frase tornou-se quase uma palavra de ordem para a Agroecologia. As exigências para se caracterizar um produto como "orgânico", variam entre as certificadoras, de país para país, mas existem os pontos de convergência.

"O mercado é construído pelos atores, indivíduos e instituições, que criam regras e estabelecem princípios", explica Maria Fernanda, "as pessoas que querem participar, cumprem as regras, assim acontece com os orgânicos".

Dentro das normas, a produção convencional tem que ser separada da orgânica usando quebra-ventos altos. A sustentabilidade ambiental é procurada pelo aproveitamento de todos os resíduos: esterco e urina são usados

tanto para adubar as plantações quanto para a produção de biogás combustível. Não se pode queimar pastagem. A água tem que ser examinada e preservada. Até os produtos para desinfecção de equipamentos e instalações têm uso restritivo por conta dos resíduos.

Os animais devem estar bem

É proibido o uso de medicamentos químicos sendo que, no tratamento veterinário, são usadas a Homeopatia e a Fitoterapia. A exceção só é aberta para vacinas obrigatórias. É exigida, principalmente, a garantia de origem. E, a partir de 2002, quem quiser ficar no mercado vai ter que ter programa de rastreabilidade.

A Etologia é uma das bases da pecuária orgânica. No Brasil, conforme a Instrução Normativa 007 do MAPA que regulamenta os orgânicos, "entende-se por bem-estar animal, permanecer o mesmo livre de dor, de sofrimento, angústia, e viver em um ambiente que possa expressar proximidade com o comportamento de seu habitat natural: movi-

mentação, territorialidade, vadiagem, descanso e ritual reprodutivo".

Princípios éticos

O bem-estar social faz parte do processo. Não pode haver, por exemplo, exploração de mão de obra infantil. A Agroecologia quer cumprir uma função social e política em relação à Natureza, trazendo benefícios diretos e indiretos do meio urbano. Segundo Maria Fernanda, "o que se busca é a otimização com menor uso de insumos; retorno adequado aos trabalhadores e agricultores; satisfação de necessidades humanas de alimento e renda das comunidades rurais".

Por outro lado, a pesquisadora acredita que é preciso adaptar as normas à realidade de cada país, "não pode ser muito Caxias", diz. "Se na Europa eles tem problema de espaço", continua, "vão reduzir a distância entre uma cultura (orgânica) e outra (convencional) de dez, para quatro metros; se tem problema de instalações, vão permitir o confinamento de animais orgânicos, permitem até coleira. A gente tem que parar de

"Por uma Agropecuária ecologicamente equilibrada; socialmente justa, e economicamente viável".



achar que tem que ter conceito máximo, tem que buscar o conceito ótimo, mas dentro do que se pode realizar”.

Período de conversão

É a fase mais difícil. Na pecuária, a produtividade cai por dois fatores: tiram-se os estimulantes e diminui-se a lotação, em média, em 10%. Além disso, o acesso ao preço diferenciado virá apenas depois da certificação, dali a cerca de 27 meses. A propriedade deverá adequar-se às regras e, para usufruir da certificação, estar aberta a receber visitas, periódicas ou imprevistas, dos técnicos da certificadora.

Em alguns países da Europa, o governo ajudou com incentivos que vieram na forma de subsídios, ou de cotas “leasing”. A informação disponível aos consumidores e produtores também contribuiu. Foram feitas muitas campanhas exaltando os orgânicos, e muitas pesquisas de mercado.

O fácil acesso aos orgânicos para os europeus também fez crescer o mercado. “Os consumidores tornam-se fiéis quando têm a disponibilidade do produto”, explica Maria Fernanda, “alguns supermercados até passaram a financiar a produção”.

Pecuária orgânica brasileira

No Brasil, o movimento agroecológico foi alavancado principalmente pelos agrônomos.

Os dejetos da coelheira alimentam o minhocário...

...enquanto o esterco da pocilga é aproveitado no biodigestor.



Por isso, a produção vegetal orgânica está à frente da pecuária. A secretária executiva do CEAO - Conselho Estadual de Agricultura Orgânica, Corinne Gonzales, acredita que a produção pecuária orgânica vai deslançar inevitavelmente. “O animal tem que entrar para sustentar o processo, pois os vegetais precisam do adubo”, explica.

O presidente do IBD - Instituto Biodinâmico, Dennis Ditchfield, diz que o Brasil “demorou” para intensificar a pecuária orgânica. Para ele, “a agricultura orgânica deixou de ser uma alternativa, é uma necessidade”. O IBD é o órgão certificador brasileiro mais antigo, reconhecido pela INFOAM, a federação mundial de orgânicos. Somente de dois anos para cá, a carne brasileira está sendo certificada. A nossa primeira exportação de carne orgânica foi em julho de 2001.

Ditchfield esteve no início de 2001 na Biofach, a maior feira mundial de produtos orgânicos que acontece anualmente em Nuremberg, na Alemanha. Ele conta que na Europa já existe “de tudo” em termos de produtos orgânicos. Além dos grãos, frutas, hortaliças, leite, mortadela, salsichas e outros produtos de origem animal, pode-se encontrar também rações para cães e gatos e até bichos de pelúcia feitos de algodão orgânico recheado com resíduos de grãos também orgânicos.

Mercado interno

Aqui no Brasil produzir orgânicos não dá prêmio. Maria Fernanda Fonseca concluiu numa pesquisa que do preço pago no caixa do supermercado, no Rio de Janeiro, apenas 20% do valor volta para o produtor. Em Curitiba, dos 40 produtos pesquisados por Moacir Darolt, do

Iapar, 30% retornam para o agricultor que muitas vezes não está recebendo preço acima do convencional. “Isso não é prêmio”, dispara, “quem fica com a diferença são os distribuidores e os supermercados que colocam a margem que querem”.



Movimentos rebeldes

No início do século XX, havia um clima otimista quanto à adubação química proposta por *Justus von Liebig*. Já em 1919, tem início na França uma política de produtos de qualidade. Os produtores de vinhos artesanais, subjugados pela competição com indústrias vinícolas, apelaram ao governo francês. Assim, foi criada a primeira “denominação de origem” para proteger parte de uma produção.

Nos anos 20, as práticas convencionais começam a ser questionadas por quatro movimentos distintos porém semelhantes, que surgiram quase simultaneamente:

* 1924, a *Agricultura Biodinâmica* é proposta por *Rudolf Steiner*, filósofo austríaco e criador da Antroposofia. Prega que a saúde do solo, plantas e animais depende da conexão com o cosmos. A propriedade é vista como um organismo;

* de 1925 a 1930, a *Agricultura Orgânica* é fundamentada a partir de práticas de camponeses indianos como compostagem e adubação orgânica, observadas pelo pesquisador inglês *Sir Albert Howard* e, difundida nos EUA, nos anos 40, por *Jerome Irving Rodale*;

* as idéias do suíço *Hans Peter Müller*, nos anos 30, dão origem à *Agricultura Biológica* que considera também os aspectos econômicos e sócio-políticos da agricultura. Esta corrente foi disseminada mais tarde na França por *Claude Aubert* -

pesquisador que fez estudos sobre os resíduos de DDT no leite materno e o acúmulo de nitrato (cancerígeno) em águas subterrâneas;

* em 1935, *Mokiti Okada* prega que a Verdade está na Natureza, e por isso a agricultura deve respeitá-la. Considera que animais e plantas também têm espírito e vê o solo como um organismo vivo. A *Agricultura Natural* deu início à Igreja messiânica.

Juntas, estas quatro correntes formam as bases do que se chamou *Agricultura Alternativa*, nos anos 70, que passou a ser discriminada como coisa de “bichos-grilo” e de “lunáticos”.

Os princípios de sustentabilidade, rotação de culturas, controle biológico, preservação ambiental e interação homem - animal - planta, já no final da década de 30, foram colocados à margem. E a partir dos anos 50, foram rotulados como não-científicos.

À beira do colapso

Paralelamente, os problemas energéticos, econômicos e ambientais da agricultura convencional, passam a intensificar. No início dos anos 30, a mecanização agrícola resultou na perda de milhares de toneladas por erosão de solos férteis em Oklahoma nos EUA. O impacto ambiental obrigou os cientistas a se dedicarem à pesquisa sobre conservação de solos.

Na década de 60, o setor produtor agrícola na França junta-se ao de vendas para criar regras: produção em 90 dias; distância máxima de 100 km entre criação e o abatedouro; o produto não pode ficar mais de uma semana na loja,

para dar o sentido de fresco e natural.

Em 1962, o livro “Primavera Silenciosa” sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos, da bióloga marinha Rachel Carson, escandaliza a opinião pública. O silêncio no campo denunciava o extermínio da vida.

Carson foi além, questionou a dependência da agricultura convencional do petróleo: poluente e não-renovável.

Assim, entrou em foco principalmente a ameaça de colapso ambiental no planeta e se multiplicaram as previsões e constatações apocalípticas: efeito estufa, eliminação da biodiversidade, desertificação, erosão, chuva ácida; contaminação de alimentos, da água e do homem do campo.

Os hábitos de consumo também passam a ser questionados pela “Contra-cultura”.

Em 1972, em Versailles, na França, foi fundada a INFOAM - International Federation of Organic Agriculture

Movement - reunindo logo de início cerca de 400 entidades agroambientalistas.

Pânicos alimentares

A produção de orgânicos começa a se intensificar no início dos anos 80, os governos começam a se sensibilizar. Na ocasião, o “mau da vaca louca” matou mais de 100 pessoas na Grã-Bretanha colocando a produção animal em pauta. Os consumidores, movidos pelo medo, passam a pressionar indústria e governo. A União Européia, na ocasião ainda Comunidade Econômica, passa a pensar a certificação e legislação.



A França é o primeiro país no mundo a reconhecer a Agricultura Orgânica. Em 1981, o país lança a legislação dos alimentos orgânicos, lá denominados como biológicos.

As certificações de origem começam a ser exigidas pelo consumidor que passa a refletir sobre os sistemas de produção e questionar certos insumos utilizados em larga escala. O bem-estar animal entra na discussão. Na Europa, começam os incentivos financeiros à pesquisa, extensão e conscientização do consumidor.

Legislação

A pressão aumenta no final dos anos 80, exportadores começam a enfrentar problemas para entrar na Europa. No Brasil, a pressão sobre o MAPA aumenta ajudada pela ECO 92.

Em 1994, começa no Ministério o processo que resultou na Portaria 158. Entre 95 e 99 o processo permanece parado no MAPA, até que o deputado federal mato-grossense, Murilo Domingos, entra com o projeto de Lei 659/99 visando a regulamentação das produções orgânicas. O projeto está hoje na CCI - Comissão de Constituição e Justiça - da Câmara de Deputados, em Brasília, esperando ir a plenário.

Em 1999, atendendo à solicitação dos setores privado e público, o MAPA publica a Instrução Normativa 007, em 27 de maio. No ano seguinte, são criados os colegiados nacional e estaduais de Agricultura Orgânica.



Corinne Gonzales exalta a necessidade de se traçar uma estratégia para o mercado local, já que os produtos não podem receber conservantes. Um dos grandes incentivos à exportação, é o alto preço pago no exterior. O mercado interno tem problemas para a produção animal, pois o farelo de milho e soja orgânicos brasileiros são exportados para França e Alemanha para a alimentação dos animais de lá.

“Se a Europa paga até 30% mais, como vamos dizer ao produtor de orgânicos que eles não podem exportar?”, argumenta Maria Fernanda, “esse é o maior impedimento na suinocultura orgânica no país”. Ela entende que o problema não é técnico, “é além disso, envolve políticas públicas e mercados”.

De fato. Enquanto no exterior existem casas especializadas em produtos de origem animal orgânicos, aqui no Brasil, os pecuaristas certificados vendem seus produtos em feiras livres. Muitas vezes, o animal orgânico termina abatido como convencional, recebendo o mesmo preço.

É o caso do produtor de suínos, Wilson Quadrado, que vende parte de seus produtos certificados como orgânicos pelo IBD, conservados com “especiarias” (ervas e temperos) na feira do Passeio Público, em Curitiba. Mas, à outra parte da produção, é obrigado a adicionar os conservantes químicos (previstos nas normativas) nos embutidos para comercializá-los no mercado formal. Para diferenciar um produto de outro, Quadrado produziu dois rótulos: um verde, outro vermelho.

Outra que se queixa do mercado interno é a agricultora premiada pela

Fundação Cumbre Mundial da Mulher, Sandra Mara Ribas Machado, com o “Prêmio 2000 à Criatividade da Mulher no Meio Rural”. Sandra fala sobre as condições de venda na feira: “a gente tem que trabalhar na chuva, não tem cobertura”.

A precariedade de infra-estrutura também aborrece aos frequentadores: “é um desrespeito a nós consumidores, a gente não tem onde estacionar. Quando chove eles (os produtores) podem, voltam pra casa com os produtos”, desabafou uma cliente que se identificou como Virgínia.

Crescimento obstinado

Mesmo com todas as dificuldades, a cada ano cresce mais a adesão aos orgânicos. O técnico do DERAL - Departamento de Economia Rural da SEAB-PR, Maurício Tadeu Lunardon, conta que no ano passado a produção de vegetais orgânicos no Paraná cresceu em 50%, passou de 22,6 para 35,5 mil toneladas. Em nosso estado, estão concentrados metade dos produtores orgânicos do país.

Mas, ainda não existem dados oficiais sobre a produção animal orgânica. “A partir de 2002 estaremos mapeando a produção de frango, suíno e leite orgânicos, que subiu muito”, explica Lunardon. “Os produtos pecuários só não alavancaram”, acrescenta, “porque não são reconhecidos legalmente, não se pode colocar ‘leite orgânico’ no rótulo”. As produções de leite sem aditivos são comercializadas em domicílio, na próprias fazendas ou vendidas como convencionais.

O problema legal

O diretor-secretário da Associação da Agricultura Ecológica de Witmarsun,



...aqui, ainda na informalidade.

No exterior, os orgânicos de origem animal estão nos supermercados...



Técnicos trocam conhecimento com produtores do campo.

Gernold Schartner, produz 400 litros/dia de leite orgânico. O produto é certificado pelo IBD há um ano e meio. Mas, sua produção é misturada ao leite convencional para a comercialização por falta de SIF específico.

“A gente tinha um projeto maior, na colônia haviam seis propriedades convertidas, hoje só sobrou uma porque a remuneração não é adequada” lamenta. Ele diz que está há mais de um ano esperando um posicionamento do MAPA, que segundo ele, “travou”. Schartner confia que o sistema orgânico seria uma saída para a baixa remuneração ao produtor de leite. “Num país onde 42% do leite é informal, o Ministério não aprova alegando falta de legislação”, protesta, “eles acham que o selo do SIF e do IBD vão conflitar”.

O problema é “conceitual” na opinião, Corinne Gonzales. Ela, que também assessora o DERAL, explica que o fato de ser “orgânico” não significa que o produtor vai deixar de atender às normas e classificações do MAPA. “Teremos leite: A-orgânico, B-orgânico e tipo C-orgânico. É um grande mal entendido que está penalizando o desenvolvimento do setor”, avalia.

A certificação é complementar. Os princípios vinculados à sanidade tem que seguir a legislação em vigor. A produção orgânica tem restrições a mais que a convencional.

Selos e certificadoras

A União Européia criou seu próprio selo. O governo da Suíça utiliza o selo de uma certificadora. Em alguns países, o consumidor tem confiança no selo estatal. Dinamarca e França são exemplos.

Atuam no Brasil hoje, dezenove certificadoras nacionais e estrangeiras (*).

(*) O site www.planetaorganico.com.br traz informações sobre as certificadoras, e outras matérias de interesse.

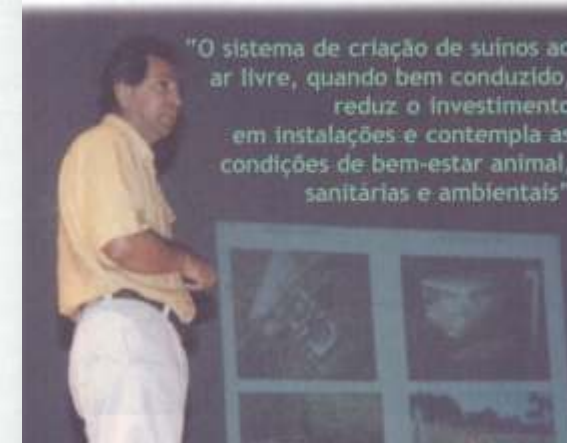
O problema é que estas certificadoras, mesmo sendo credenciadas no exterior, ainda não são reconhecidas pelo Ministério.

Certificação nacional

Rogério Pereira Dias, presidente do CNPO do MAPA, diz o rótulo será aprovado “se tiver certeza que o produto é verdadeiramente orgânico”. Ele conta que o processo de certificação oficial está sendo construído. “Acredito que em 2002, teremos este problema resolvido.”

A Portaria 17 de 2001, que regulamenta os critérios para credenciamento das entidades certificadoras já passou pela consulta pública está agora no setor jurídico do MAPA. Rogério diz que a portaria está “extremamente detalhada”, e deve ser publicada “nos próximos dias”.

O Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos está finalizando formulários e manuais, que devem ficar prontos até janeiro, entre eles o “Manual de Auditoria”, que orienta o credenciamento das certificadoras. A partir de então, as candidatas vão apresentar documentos, ficarão expostas à consulta pública, e terão que vencer todas as etapas e trâmites previstos. “Vai levar um certo tempo, se a certificadora estiver adequada às exigências, vai mais rápido”, avalia Rogério, “mas como a Instrução Normativa é de 1999, acredito que não haverá problemas”. Mesmo porque as diretrizes brasilei-



“O sistema de criação de suínos ao ar livre, quando bem conduzido, reduz o investimento em instalações e contempla as condições de bem-estar animal, sanitárias e ambientais”

ras estão harmonizadas com as internacionais, o que segundo ele, “dá facilidades na negociação”.

Há muito a fazer

Maria Fernanda acredita que “a missão técnica é muito maior, exatamente porque não podemos usar conservantes e insumos, os problemas com micotoxinas podem ser agravados”, alerta. A pesquisadora enumera uma série de fatores que ainda precisam ser trabalhados: “desde a elaboração de normas, desafios tecnológicos, até questões políticas, sociais e de esclarecimento ao consumidor”.

Em 99, reuniram-se 56 pesquisadores em Agroecologia no Rio de Janeiro. “Ninguém sabia quem era quem”, conta. O grupo constatou também, que há pouca sistematização das informações, “os dados das experiências dos agricultores estão nas mãos de ONGs, não estão na pesquisa pública”.

A doutora lamenta que ainda não exista uma linha de pesquisa específica para esta área. Mesmo assim, “já existem progressos”, conta, “recentemente o CNPq abriu um edital sobre Agricultura Familiar e foram apresentados mais de 350 projetos”. Deste total, apenas 55 projetos foram contemplados e vão repartir uma verba de R\$ 3,9 milhões.

Mas, ainda assim é preciso desenvolver “projetos em Agroecologia a longo prazo, envolvendo vários profissionais e diversas variáveis”.

Ainda há discriminação dentro do setor “é difícil cumprir todos os critérios técnico-científicos exigidos”, explica, “muitos projetos são barrados porque não tem ninguém com o título de Doutor”. Faltam também profissionais capacitados para a Agroecologia.

Maria Fernanda enumera uma série de vulnerabilidades a serem vencidas como resíduos de pesticidas no solo, ou de medicamentos veterinários e conservantes que ainda não têm substitutos; dependência de concentrados; embalagens feitas de materiais não biodegradáveis como o isopor; e saídas econômicas para a queda de

produtividade durante o período de conversão. “Temos muito trabalho pela frente”, resume.

Outras saídas

O zootecnista Luiz Alexandre Filho, conselheiro do CRMV-PR, diz que para a redução do custo de produção de suínos orgânicos pode-se utilizar alimentos alternativos produzidos organicamente como por exemplo a mandioca - fonte de energia tão estudada pelos órgãos de pesquisa. “Hoje, o milho é responsável por 60 a 70% do custo da ração e a mandioca pode substituí-lo, total ou parcialmente, dependendo da fase do animal”, afirma.

Outra alternativa alimentar pode ser a produção de triticale, sorgo e ervilha na entressafra. São opções que reduzem custos. Luiz Alexandre acrescenta que pode-se utilizar “o sistema de criação de suínos ao ar livre que, quando bem conduzido, reduz o investimento em instalações e contempla as condições de bem-estar animal, sanitárias e ambientais”.

Recados aos profissionais

Para quem quer ingressar no mundo agroecológico, Maria Fernanda aconselha “visitar, visitar, visitar e conversar, conversar, conversar”. Ela sugere que os profissionais façam contato com quem já está na área, e dá a dica: “você podem se candidatar a aprendizes e serem os próximos doutores em Agroecologia”.

Lutzenberger hoje prefere o termo “agricultura regenerativa”, ou seja, reconstruir o que foi destruído: a fertilidade do solo e a diversidade biológica. Ele faz um apelo para que os jovens profissionais “ampliem seus horizontes intelectuais em Ciências Naturais, Tecnologia e Filosofia”.

Ditchfield diz que o profissional deve estar mais presente no campo, respeitar a natureza e precisa ter visão internacional. Seu recado é mais prático: “os pioneiros racham de ganhar dinheiro”. ■



Trabalhador rural faz parte do Agroecossistema



Dra. Maria Fernanda

“Vocês podem se candidatar a aprendizes e serem os próximos doutores em Agroecologia”.

Exportar é mais fácil do que parece

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio vem promovendo encontros nas principais cidades brasileiras para divulgar informações sobre o comércio exterior. O Encomex de Maringá, em outubro de 2001, evidenciou que a pecuária brasileira vem conquistando o mercado internacional.



Os produtos agropecuários representam cerca de 40% do PIB nacional. Segundo o médico veterinário do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Dr. Adauto Rodrigues, dos 20 principais produtos paranaenses, 13 estão no agronegócio.

A exportação agropecuária superou a meta para 2001 que era de US\$ 15,7 bilhões; em outubro, já alcançávamos os US\$ 17,9 bi. Dr. Rodrigues acredita que "podemos dobrar a produção". Para ele, o momento para a exportação da carne brasileira é favorável porque "temos um sistema produtivo natural", a pasto, e o consumidor europeu perdeu a confiança no sistema produtivo de lá, por conta da BSE.

Em 96, o Brasil exportava 4% da produção de carne bovina, hoje este índice está em torno dos 10%. Para Dr. Rodrigues, "a molecagem" canadense por nos acusar do perigo de BSE contribuiu. "Catalizamos em cima e ampliamos um pouco nossas exportações".

Dr. Rodrigues diz que a carne suína só não cresceu junto por causa da peste suína clássica, que tirou o Brasil do

mercado internacional. "Só agora estamos retornando pela qualidade de nosso controle", diz. Dr. Rodrigues defende que o produtor brasileiro tem que conhecer os desafios e enfrentá-los. "O comércio exterior é igual a um ônibus lotado", compara, "levantou, tem três para sentar no seu lugar".

Visão e oportunidades

O zootecnista Carlos Alberto Domingues encontrou seu espaço no mercado internacional. Começou como produtor de mel, abriu um entre-posto inscrito no SIF, procurou ajuda no SEBRAE e na Casa Mercosul; e hoje, exporta. "Cada país que você entra, te abre portas para outros", revela o zootecnista. "A própolis brasileira é considerada a melhor do mundo, os orientais querem a nossa própolis a qualquer custo", explica "então vamos mandar!". Carlos Alberto, que está negociando a Alemanha, conta que as abelhas de outros países sofrem de *cria pútrida* e por isso, recebem antibióticos. A abelha brasileira é africanizada,



mais resistente, o que abre a oportunidade de exportar mel orgânico a longo prazo. "Eles pagam 5, 6, 7 vezes mais", diz. Sobre a conquista do mercado, avisa: "valorizam mais a seriedade e profissionalismo, do que o tamanho da empresa". De fato, hoje pode-se exportar, via Correios, pacotes de dez quilos.

Caminho importante

O presidente da Sociedade Rural de Maringá, o médico veterinário Dr. Neri Fabre, também esteve no Encomex. Ele considera a exportação agropecuária importante porque "agrega valor ao país, incrementa a produção, a industrialização, além de gerar empregos, aumentando a renda per capita da população". E dá a dica: "é preciso atender às exigências sanitárias, de aparência e até de embalagem do país importador". Dr. Fabre acredita a exportação paranaense de aves, suínos, bovinos, couros e derivados, eqüinos e mel, tende a aumentar. "Nós, veterinários, zootecnistas estamos realmente por trás desta tecnologia".

de cada ano, a Casa Mercosul(r) faz uma lista de eventos que interessam aos produtores da região e organiza pacotes de viagens.

Reconhecimento

Maria Alice revela que já existem conversas sobre a extensão da Casa Mercosul(r) para outras grandes cidades do Paraná como Campo Mourão, Ponta Grossa, Londrina e Paranavai.

A Casa Mercosul(r), que hoje tem cadastradas cerca de 250 empresas, impressionou os organizadores do Encomex. "O pessoal da Secretaria de Comércio Exterior disse que nunca tinha visto uma experiência dessas", conta. "Recebi proposta de levar a Casa Mercosul(r) para todos os Encomex", comemora.

Contatos & informações

<http://www.casamercosul.org.br>; coordenacao@casamercosul.org.br.

Quem ajuda a exportar

Presente também no Encomex estava Maria Alice Bourdon, coordenadora da Casa Mercosul(r). O projeto é um braço da Associação Comercial de Maringá em parceria com SEBRAE, Federação das Associações Comerciais e Prefeitura de Maringá.

A idéia nasceu, juntando várias forças, visando um objetivo comum: o fomento à exportação. A instituição surgiu com o objetivo de fornecer ao produtor todo o tipo de informações, e assim, a Casa Mercosul(r) tornou-se uma experiência de sucesso no Paraná.

Sustentação

"Damos todo o suporte para que ele possa exportar", explica a coordenadora. A Casa Mercosul(r) ajuda



o exportador iniciante a vencer os trâmites burocráticos, a estabelecer preços, a identificar o mercado potencial e países importadores, até na escolha da embalagem. Maria Alice conta que depois de uma pesquisa é fornecida ao produtor uma lista de potenciais compradores, para quem serão enviadas correspondências oferecendo produtos. "Fazemos até uma carta para ele em espanhol ou inglês", conta.

Para quem está começando

Maria Alice aconselha aos iniciantes a participação em feiras. "Num curto espaço de tempo o produtor fica conhecendo todos os que oferecem o mesmo produto; quem compra o quê, e a que preço; ele passa a ter uma visão de como o seu produto é visto de fora para dentro", justifica. No ini-

Controle de Natalidade para Cães e Gatos

Plantamos a semente!

Mais de mil cirurgias foram feitas pelos médicos veterinários voluntários em Curitiba

Os voluntários trabalharam bastante. A primeira edição da Campanha para Controle de Natalidade para Cães e Gatos de Curitiba, organizada pelo CRMV-PR e ANCLIVEPA-PR, foi considerada um sucesso. A Prefeitura Municipal de Curitiba participou com seu sistema de divulgação.

No período de 29 de outubro a 17 de novembro, as vinte clínicas cadastradas em Curitiba realizaram 131 cirurgias em cães e 380 em cadelas. Entre os felinos, foram operados 190 gatos e 478 gatas. Total geral: 1179 intervenções a preços reduzidos. Fica difícil determinar o número de cirurgias por profissional, já que muitas delas foram realizadas em duplas.

Responsabilidade

Muitos cuidados prévios foram tomados. As cirurgias só foram feitas em animais imunizados com a anti-rábica. Todos os proprietários receberam, ao preencher o cadastro, orientações quanto aos cuidados pré e pós-cirúrgicos e tiveram que assinar um Termo de Responsabilidade, autorizando a cirurgia.

Primeira viagem

Na reunião de avaliação, em 27 de novembro na sede do CRMV-PR, foram relatados pelos clínicos alguns



contratempos ocorridos durante a campanha.

Como a divulgação foi feita pela Prefeitura, muitas pessoas acharam que a empreitada teria sido financiada pelo poder público. O caráter voluntário não ficou claro e algumas pessoas chegaram a acreditar que os veterinários estariam sendo remunerados pela Prefeitura.

Houve também uma lacuna entre o dia do lançamento, em 4 de outubro, e o início da campanha propriamente dita, no dia 29. A divulgação pelo sistema da URBS, atrasou em uma semana. Os cartazes foram afixados dentro dos ônibus e terminais no mesmo dia em que as cirurgias já estavam começando. Em consequência, o número de animais atendidos da população carente ficou

abaixo do esperado. Foi diagnosticado

também um desencontro de informações quanto ao número de vagas em cada clínica.

Outras virão

O Secretário Geral do CRMV-PR e propagador da idéia, Dr. Rogério Sprada, comemora o resultado: "conseguimos realizar a campanha apesar das dificuldades, e esperamos realizar outras nos próximos anos", anuncia. Na opinião do diretor da ANCLIVEPA-PR, Dr. Roberto Lange, "a campanha foi nota 10, com todos os erros e acertos".

Os imprevistos resultam em ajustes. Dr. Rogério conta que para a próxima edição outras medidas serão tomadas como a organização de um cadastramento único, e também cada clínica dirá previamente quantas cirurgias poderá fazer. "Vamos achar uma solução para fazer a triagem por poder aquisitivo", diz.



Resultados indiretos

Finda a campanha, o assunto continuou a ser discutido nas instâncias públicas. No dia 29 de novembro, Dr. Rogério falou ao público do seminário "A População Animal na Cidade de Curitiba", no auditório da Câmara Municipal.

Os veterinários reafirmaram-se como referência no controle populacional de animais. Problema este, que só será solucionado quando estiverem engajados: poder público, veterinários e cidadãos de um modo geral. Neste ponto, o CRMV-PR saiu na frente. "Conseguimos plantar a idéia", comemora Dr. Rogério. ■



Os desafios da cadeia do leite

Durante palestra conferida no 1º Simpósio Paranaense de Produção Animal, Dr. Ronei Volpi - médico veterinário, produtor e superintendente do SENAR/PR - fez uma análise completa sobre a crise no setor leiteiro no Brasil.

A cadeia leiteira é de extrema importância social e econômica, "principalmente nos estados que têm uma estrutura agrária constituída por pequenas propriedades", explica Dr. Ronei Volpi.

Segundo o IBGE, existem um 1,8 milhão de propriedades que comercializam leite no país, gerando 3,6 milhões de empregos o ano inteiro. Dr. Volpi acredita que "a produção de leite é fundamental para a manutenção do homem no campo por ser uma das poucas atividades rurais que proporcionam uma renda mensal".

No Brasil, o setor movimentou 6,5 bilhões de reais no ano 2000, foram consumidos 21,9 bilhões de litros de leite no país, dos quais 19,8 bi foram produzidos aqui. Dos produtos agropecuários brasileiros, o leite ocupa o quarto lugar em faturamento, perdendo apenas para a carne bovina, soja e milho, mesmo assim, o setor está em crise.

O ano histórico para o leite

Durante mais de 40 anos o leite foi administrado pelo Governo. Para definir o preço do leite, produtores e indústrias de leite pasteurizado tinham que se reunir com a SUNAB em "infundáveis reuniões em que se discutiam os índices que deveriam ser atribuídos, era uma época de grandes índices inflacionários o que complicou a própria dinâmica do setor", relata. "Quando foi liberado", conta, "foi de uma vez, totalmente, o próprio setor ficou sem saber direito como se coordenar, foi um período de muita turbulência". A partir de 1991, o Brasil passou a praticar o livre mercado.

Os antecedentes da crise

Até 91, as importações e distribuição eram feitas pelo Governo, a partir de então, foram eliminadas as quotas de im-

portação e os subsídios internos. Por força do Mercosul o mercado de leite ficou praticamente liberado entre os quatro países que o compõem. Dos 22 países da América Latina, 20 são importadores de leite, dois exportadores: Argentina e Uruguai. "Justamente nossos companheiros de Mercosul que inundaram num certo momento o Brasil com produtos lácteos levando a um

desequilíbrio na relação de preços ao produtor brasileiro", explica. "Em 1995, chegamos a importar 3,2 bilhões de litros que representou 19,4% da produção nacional". No início do Plano Real, "o poder aquisitivo era bem maior que hoje", comenta, "refletindo diretamente na cadeia do leite com o consumo maior de todos os seus produtos". No ano 2000, o volume de importação significou 8,4% do leite consumido. Com a alta do dólar, as importações de leite caíram drasticamente em 2001, não representando mais que 4% do consumo.

Transformações recentes

A sazonalidade da produção influenciava muito nas importações. Chegávamos a ter na entressafra até 35% de diferencial de volume de leite entre um período do ano e outro.

Nos últimos anos, com o avanço tecnológico, evolução das organizações dos produtores; mais informações e maior oferta de profissionalização, caiu vertiginosamente essa diferença que hoje, "está entre 6 e 8% do volume de produção". Quando temos um maior volume de leite no Sul, ainda não é safra na região Centro-este e, quando este está no pico da safra, aquele já está na curva descendente de produção.

Granelização

Nos últimos 10 anos o ponto mais marcante foi o transporte de leite em tan-

ques isotérmicos, a granelização. "Uma evolução importante", defende o veterinário, que obrigou os produtores a se reestruturarem para o resfriamento.

Hoje as grandes indústrias estão praticamente com 100% do leite captado granelizado. Isso fez melhorar a escala de produção, a qualidade, melhorou sensivelmente o resfriamento e a mobilidade, ou seja, "regiões muito mais distantes dos centros de consumo passaram a concorrer no mercado consumidor, pois a logística é muito mais tranquila". Hoje é possível coletar 25 mil litros no Oeste do Paraná, resfriá-los rapidamente, e viajar 24 horas até São Paulo "que não dá diferença de nenhum grau centígrado de temperatura da partida ao momento da recepção na indústria".

O efeito longa-vida

Até 1990, o leite longa-vida era raro, caro e pouco utilizado pela população. Houve então uma transformação radical, hoje o longa-vida domina o mercado de leite fluido. Este fato também contribuiu para a crise pois, "o custo do processo de embalagem ficou nas costas do produtor porque no posto de venda final o preço é praticamente o mesmo do pasteurizado", argumenta, "até em algumas promoções o longa-vida chega a ser mais barato". O preço da caixinha (R\$ 0,26 ou R\$ 0,27) mais o processo chega a 30 centavos. "Isso significou um achatamento do preço ao produtor" lamenta, "que é, e continua sendo, o elo mais fraco, por maior que seja o nosso esforço de organização dos produtores".

Partindo do princípio que sejam produzidos em igualdade de condições com matéria-prima da mesma qualidade, "eu diria que o leite pasteurizado tem mais propriedades, é um leite mais natural. Os seus componentes protéicos e vitamínicos são menos agredidos pela temperatura de processamento. Na minha família não há consumo de longa vida, é integralmente pasteurizado", revela. "Num país pobre como somos, estamos nos dando ao luxo de gastar R\$0,30 na embalagem quando no saquinho não gastamos mais que R\$0,03 ou 0,04 nesta embalagem", questiona. Outro motivo da preferência: "a embalagem longa-vida tem sete camadas de componentes que é de difícil reciclagem. Só que nós brasileiros temos um componente de comodidade muito forte". A logística na rede de distribuição e a comodidade das famílias fez com que o longa vida tomasse conta.

O leite de caixinha também trouxe o fim da reserva de mercado das bacias leiteiras próximas aos grandes centros. Hoje os produtos de Rondônia, Sul do Pará, Rio Grande do Sul concorrem em São Paulo ou Rio de Janeiro em igualdade de condições. O custo de transporte é contrabalançado por custos menores de produção. "Isso explica a involução da produção de leite no estado de São Paulo, que perdeu seu grande mercado em função da concorrência de outras regiões". O estado era o segundo maior produtor de leite do país e hoje está em quinto lugar.

Supermercados

A praticidade da caixinha complicou muito a negociação com os supermercados, ponto fundamental na cadeia. Houve uma transformação drástica no consumo de alimentos que passou a ser suprido praticamente por 4 ou 5 grandes cadeias de supermercados. Isso fez o segmento obter uma concentração de

poder de compra, dominar a cadeia e ditar as regras. "Eles podem comprar 10, 20, ou 30 carretas de leite e fazer promoções e marketing em cima da produção de leite longa-vida". O leite que era vendido há dez anos praticamente à vista passou a ser vendido a prazo.

Características do setor

A concentração na captação do leite aumenta cada vez mais, cerca de 50% é recebido e industrializado por apenas 12 empresas no país; e a outra metade por 623 empresas com SIP ou SIF. No Paraná, segundo a Federação da Agricultura, cerca de 75% dos produtores ordenham menos que 200 litros/dia; no outro extremo, menos de 2% dos produtores obtêm mais de 35% do volume de leite estadual. Simplificando o quadro: 20% dos produtores são responsáveis por 80% do volume de leite paranaense; ao mesmo tempo que 80% dos produtores conseguem apenas 20% da produção.

Há uma constante instabilidade do preço pago aos produtores, sempre oscilando de forma exagerada somada à carência de capital de giro dos produtores em geral. Faltam contratos com normas pré-estabelecidas entre produtores e indústrias. Além disso, o grande número de pequenos produtores que estão longe das informações e a alta competitividade dentro do setor dificultam a capacidade de articulação e ação política, contribuindo para o baixo poder de barganha com a rede varejista.

Os poucos lançamentos de novos produtos lácteos mais a retração de vendas levou a excedentes de produção elevados. Gerou-se um desequilíbrio entre oferta e demanda. Foi o que aconteceu em Goiás, houve uma sobra de leite que, por efeito dominó, derrubou os preços no Brasil inteiro entre 60 e 90 dias.

Diante da situação, as organizações de produtores começaram a fazer pressão aos governos por medidas de ajuda. Cinco estados da União abriram CPI's para investigar minuciosamente as causas da crise no setor leiteiro: Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e, mais recentemente, no final de 2001, o Paraná também instalou sua CPI.

Causas macro-econômicas

O "apagão" foi extremamente prejudicial para a cadeia. A região Sudeste é a maior produtora e consumidora de lácteos do país. As restrições ao consumo de

energia obrigaram as empresas a mudanças de estratégia. Os supermercados não querem ter estoque; por sua vez, a indústria também não quer estocar e diminuiu sua produção. Resultado: o leite passou a ser represado na fonte, ou seja, nas fazendas.

O crescimento do PIB está baixo, a população em termos reais está ganhando menos, os salários não crescem. Aumentou o desemprego e os preços de produtos essenciais (aluguel, transporte público, telefone, energia elétrica, remédios, etc). Com a necessidade de ajustes no orçamento, a dona de casa cortou o consumo dos derivados de leite. O consumo per capita não cresce desde 97, aumenta a produção mas não aumenta o consumo.

Desafios da cadeia leiteira

Nos últimos três anos, a principal briga do produtor foi aumentar as tarifas de importação. "Nós conseguimos colocar tarifas antidumping sobre os leites importados do Mercado Comum Europeu, Argentina, Uruguai e Nova Zelândia". A petição levou três anos tramitando nos fóruns da Organização Mundial do Comércio e órgãos específicos nacionais. Um dos objetivos é conseguir manter estes índices elevados como forma de estabilizar preços. O aumento do dólar ajudou na queda das importações. "Temos que ganhar muita qualidade na questão política, e conhecer mais o mercado internacional".

É preciso reduzir impostos sobre produtos lácteos. "Aqui no Paraná, não podemos nos queixar, tudo o que levamos à Assembléia Legislativa, conseguimos". Em julho foi aprovada a chamada Lei Brandão, que colocou na cesta básica leite longa-vida e queijos: prato, mussarela e minas, baixando o ICM de 17% para 7%. O leite pasteurizado não tem ICM. "Esta é uma vitória que, de certa forma, ameniza a crise que estamos passando", comemora.

"O que mais falta para nós é organização dos produtores em associações e em grupos de interesse comum para se informar mais e negociar melhor com a indústria".

Qualidade para os pequenos

Outro desafio é a implantação do Plano Nacional de Melhoria da Qualidade. "Temos tido muitos problemas internos", conta, "o segmento de pequenos pro-



dutores é contrário à implantação das normas de qualidade porque implica na compra de resfriadores e no aumento de custos e infra-estrutura da propriedade", diz. "Devemos analisar com muita seriedade essa questão".

"Não temos que eliminar em absoluto nenhum produtor, mas a realidade do mercado e da economia mostram que a produção está sendo e será mais concentrada. Dos produtores paranaenses, daqui a 10 anos, tenhamos talvez a metade, ou menos que isso", arrisca, "temos competência e habilidade para reduzir a evasão do pequeno produtor. É preciso eliminar, não o pequeno produtor, mas a pequena produção."

"Com 5 hectares bem administrados, podemos produzir em torno de 200 litros por dia, aí começa a ficar interessante, começa-se a ter uma renda melhor. Temos que ter competência para levar a esse pequeno produtor informações para que ele seja competente nos custos e na sustentabilidade do seu negócio".

Ganhar novos mercados

"Estamos equilibrando a produção e tudo leva a crer que ela vai aumentar, pois temos um potencial enorme. Se não a absorvermos internamente, com melhor distribuição de renda para que o brasileiro possa se alimentar melhor; temos que fazer com que essa produção se escoe senão derrubamos os preços. Não adianta todo o esforço para ganhar tecnologia e qualidade e depois não ter mercado para a nossa produção." Uma opção é tornar-se exportador.

"Temos que substituir a importação por leite em pó nacional", defende, "temos que reconquistar o mercado institucional". Basicamente, as regiões Norte e Nordeste têm consumido leite em pó importado. A estimativa é que em 2001 tenham sido importados cerca de 900 milhões de litros, porque a própria estrutura da indústria láctea brasileira tem dificuldade de suprir a demanda de leite em pó.

O soro de leite proveniente da indústria queijeira é matéria-prima importante para a indústria de alimentos como biscoitos, sorvetes, panificação e outros produtos. O soro hoje "está indo, a sua esmagadora maioria, para dentro dos rios como elemento altamente poluidor. Estamos jogando fora proteínas, sais minerais, vitaminas; e com estes elementos ricos para alimentação, estamos po-

luindo rios. Está tudo errado neste aspecto", lamenta, "é uma questão estrutural que temos que arrumar nos próximos anos".

Dr Volpi diz também que é preciso reduzir a ociosidade das indústrias e melhorar qualidade. "Temos produtos com muito pequena vida de prateleira; não podemos comparar, mas a validade um leite pasteurizado no Canadá, é de 15 a 20 dias. No Brasil, a duração é de dois dias na prateleira".

Estratégia para o Paraná

"Temos muito a ganhar em produtividade, investindo na profissionalização do homem do campo, com informações básicas de produção e tecnologias disponíveis para melhorar o quadro", afirma Dr. Volpi.

"Significa que temos muito a melhorar na distribuição de renda na atividade agrícola através de ganhos em tecnologia, profissionalismo que devem ser colocados de forma competente para não levar o produtor à aventura. Não adianta a assistência técnica chegar com um plano de financiamento, endividar a pessoa com o banco e não responder em termos tecnológicos e preparo profissional, o que às vezes piora a situação dele em médio prazo", alerta.

Na produção

Segundo Dr. Volpi, o Paraná pretende assumir o 2º lugar no ranking dos estados produtores de leite e o primeiro em qualidade. "Esta é a meta dos produtores paranaenses e não estamos muito longe de conseguir. Somos o terceiro maior produtor e temos um potencial enorme".

Segundo dados da Emater-PR, existem 36 mil produtores no estado, que ordenham cerca de 2 bilhões de litros ao ano. "Temos como subir violentamente a produção", afirma, "temos condição de dobrar essa produção de leite".

Além disso, pela nossa estrutura fundiária, dividida em pequenas e médias propriedades, a produção do leite é fundamental para a manutenção destas. "Sendo a atividade principal, ou uma das duas atividades essenciais somando com a outra produção, que o leite faça parte da sustentabilidade desta propriedade. Isso é o mais importante para nós".

A qualificação de recursos humanos precisa aumentar muito no Paraná, em todos os níveis: o produtor, o trabalha-

dor assalariado e os profissionais de assistência técnica.

Nós mesmos, produtores preocupados com isso, fomos ao governo do estado e conseguimos já está formada a primeira turma financiada pelo programa do Estado de especialização de técnicos em bovinocultura de leite.

Conseguimos que três universidades do Estado, juntas, promovessem essa especialização já devem começar a segunda turma no início de 2002.

A assistência técnica tem que ser mais completa, mais capaz de levar soluções de pastagem, de manejo, de sistemas reprodutivos, enfim toda a cadeia dentro da fronteira, precisamos evoluir neste sentido. Mas com certeza estamos muito melhor comparando com outros estados.

Desafios estruturais

É preciso ampliar o parque industrial, notadamente para produtos de grande absorção de matéria-prima: leites fluidos, queijos, e leite em pó. "Estes são os que realmente absorvem volume de leite e estamos muito fracos nisso", acredita, "temos que dotar a infra-estrutura industrial do Paraná com uma ou mais plantas de leite em pó para secar também o soro de leite".

"Evoluímos muito, mas ainda temos pendências". A Portaria 56 ainda não foi assinada como definitiva pelo Ministro da Agricultura, porque há uma pressão enorme dos pequenos produtores ligados à produção familiar por não ter condições de fazer o resfriamento do leite e granelização, porque expulsaria a maioria da atividade.

"Na minha opinião é uma visão meio distorcida, não que não seja preocupante. Temos que ter sistemas e programas que viabilizem a continuidade destes pequenos produtores", propõe, "nós mesmos sugerimos que fossem permitidos os resfriadores comunitários e tanques coletivos. Em absoluto, não há interesse de expulsar ninguém da atividade.

Porém como estamos em ano pré-eleitorais, e como esses produtores estão reclamando, pedindo mais prazo e são maioria; e representam votos, então sensibilizam políticos, com legitimidade; quer nos parecer que a implantação definitiva das novas normas de qualidade vai levar ainda mais um ou dois anos para começar a ser implantada", conclui. ■

Não perca!

Curso de Atualização em março de 2002:

"Os Fitoterápicos na Produção Animal"

36 horas/aula

Presença confirmada de especialistas indianos

Promoção:
CRMV-PR, Sinzoopar,
Azopa e ABZ
Informações:
(41) 263-2511.

A partir de março: ITAM

Instituto de Tecnologia Agropecuária de Maringá

Cursos por tutoria à distância (correspondência e acompanhamento de professores)

- * Piscicultura de Água Doce;
- * Produção de Tilápias;
- * Criação de Peixes Ornamentais;
- * Produção de Bovinos à Pasto;
- * Produção de Suínos em Sistema de Criação ao Ar Livre;
- * Bovinocultura de Corte;
- * Produção e Conservação de Pastagens;
- * Funcionamento e Operação de Máquinas Agrícolas;
- * Bovinocultura de Leite;
- * Solos e Adubação;
- * Horticultura.

Contatos e informações:
Secretaria do ITAM
Fone-fax: (44) 261-4418

Especialização: Produção de Bovinos de Corte "Lato sensu" com habilitação ao magistério superior

Os maiores nomes brasileiros das diversas disciplinas ligadas ao tema. Confronto de idéias e elevação do raciocínio crítico. Para o amadurecimento dos profissionais em busca de novas técnicas para a solução de seus problemas no campo. Nos bancos escolares, os conceitos são renovados e reavaliados. A elevação da massa crítica só acontece quando confrontada. Este é o objetivo da pós-graduação.

Aulas ministradas em Curitiba, no Campus I das Faculdades integradas "Espírita", quinzenalmente, nos finais de semana, totalizando 420 hs/a. O curso oferece habilitação ao magistério superior sendo reconhecido pelo MEC.

Público Alvo: Médicos Veterinários, Zootecnistas, Agrônomos, Administradores Rurais e demais profissionais que atuam na bovinocultura de corte.

Início do curso: fevereiro

Coordenador:

Prof. Oswaldo André Tabor da Portella

Corpo Docente:

Prof. Raysildo B. Lobo - Doutor - USP;
Prof. Moacir Corsi - Ph.D. - Esalq USP;
Prof. Luis Gustavo Nussio - Ph.D. - Esalq USP;
Prof. Júlio Cezar Souza - Ph.D. - Inic. Privada;
Prof. Paulo Rossi - Doutor - UFPR;
Prof. João Ricardo A. Pereira - Doutor - Ms Esalq
Prof. Verônica O. Vianna - Doutora - F. I. "Espírita";
Prof. Rodrigo Mira - Ms - PUC-PR;
Prof. Rodrigo Almeida - Ms - UFPR;
Prof. Hélio Schoor - Ms - Copacol PR;
Prof. Márcio Segui - Ms - PUC-PR;
Prof. Luiz Alexandre Filho - Ms - UEM;
Prof. Abdón Luiz Schmitt Filho - Doutor - UFSC;
Prof. Albano Rutz Jr. - Especialista - Inic. Privada.

Inscrições abertas e vagas limitadas

Inscrições: Faculdades Integradas "Espírita" - CPGEX - fone: (41) 335-1717 - fax: (41) 335-3423. Rua Tobias de Macedo Júnior, 333 - Sto. Inácio - CEP: 80.010-340 - Curitiba - PR; ou junto à coordenação, fones: (41) 339-3222, (41) 9972-9760; e-mail: oatp@iname.com

Taxa de Inscrição: R\$ 20,00

24 Mensalidades: R\$ 170,00

Conteúdo Programático:

- * Fisiologia animal aplicada e ciência da carne;
- * Avaliação de alimentos e formulação de dietas;
- * Técnicas de nutrição e suplementação mineral;
- * Modelo animal e bases genéticas do crescimento e produção;
- * Melhoramento genético;
- * Análise de solos;
- * Produção ecofisiológica das plantas forrageiras;
- * Manejo, avaliação de pastagens e suplementação a pasto;
- * Manejo produtivo e reprodutivo de rebanhos;
- * Conservação de forrageiras;
- * Análise do mercado da carne;
- * Pecuária Orgânica;
- * Certificação ISO 14000;
- * Estatística aplicada;
- * Metodologia da pesquisa;
- * Metodologia do ensino superior;
- * Didática do ensino superior.

Pós Graduação - Especialização Profissional

* Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais
360 horas

* "Máster" Clínica Médica de Pequenos Animais - 200 horas (pré-requisito - titulação de especialista na área de conhecimento)

* "Máster" Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais - 200 horas (pré-requisito - titulação de especialista na área de conhecimento)

* Higiene e Inspeção de Produtos Animais
360 horas

* Vigilância em Saúde para Municípios
360 horas

* Vigilância Sanitária e Gestão da Qualidade de Alimentos
360 horas

* Bovinocultura de Leite - Castro - 360 horas

Entidade Promotora e Certificadora dos Cursos:

Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária
Titulação: Especialização "Profissional"
Reconhecimento: CRMV-PR
Realização, inscrições e informações:
EDUPROFS - Educação Profissional Superior

Informações: 0xx41 363 2329

www.eduprofs.com.br
eduprofs@eduprofs.com.br

Períodos e horários

de funcionamento dos cursos:
* 5 módulos (duzentas horas);
* ou 9 módulos (trezentos e sessenta horas);
Cada módulo será de 40 (quarenta) horas ministradas a cada 35 ou 42 dias de intervalo, cronograma abaixo:
* quintas-feiras - 14 às 23 horas
* sextas e sábados - 8 às 23 horas
* domingos - 8 às 12 horas
Duração total - 14 meses
Início - 14 de março de 2002

Abate clandestino

Com o dedo na ferida

O problema é antigo, real, acontece em todos os estados brasileiros e consiste num grande desafio para as autoridades sanitárias e para a própria Classe Veterinária.

Se não vê-lo, como resolvê-lo?

A posologia vem depois do diagnóstico e esta é uma questão que exige visão ampliada. Por isso, o CRMV-PR resolveu fazer uma nova Operação Pente-fino, desta vez, nos abatedouros pelo interior do estado. A última empreitada semelhante teve como alvo os aviários da grande Curitiba.

A Fiscalização do CRMV-PR foi averiguar minuciosamente os fatos e, em três meses, foram visitados 202 estabelecimentos públicos e privados em todo o Paraná. Excetuando as áreas dos grandes frigoríficos, Maringá e Paranavaí, todas as demais regiões do estado receberam as visitas-surpresa. Os fiscais trabalharam em equipe, fazendo um verdadeiro arrastão nos abatedouros paranaenses. Agora existem fotos, Autos de Constatação, nomes, números e endereços.

Constatação Sanitária

Os dados são estratégicos, mas o relevante é que menos da metade dos matadouros visitados estavam trabalhando dentro das normas técnicas. Nos demais, foram encontradas toda a sorte de irregularidades, das mais leves até aquelas que colocam em risco a saúde do consumidor. Assim, doa a quem doer, o CRMV vai tomar as providências necessárias.

A equipe de Fiscalização encontrou situações distintas sendo que, em resumo, o descaso de autoridades municipais, e, a não-contratação do inspetor e do Responsável Técnico, ou a falta de profissionalismo destes, são as principais causas da existência de abate clandestino no interior do Paraná em pleno século XXI.

A parte do profissional

A Lei exige que o estabelecimento de

abate conte com o inspetor oficial, seja municipal, estadual ou federal; o CRMV-PR exige a contratação de RT para fazer cumprir as normas da higiene e garantir a sanidade da carne; em contrapartida os profissionais têm assumir a responsabilidade pelo que assinam.

Foram visitados matadouros, por exemplo, que embora não tenham inscrição em quaisquer serviços de inspeção oficiais possuem contrato com RT; mas com um médico veterinário que se ausenta durante o abate. A equipe de fiscalização encontrou casos em que veterinários delegam suas responsabilidades a auxiliares e sequer comparecem no dia-a-dia, o que é sério pois o auxiliar está executando função privativa da Medicina Veterinária. Tais profissionais estão sendo notificados para esclarecimentos e ficam sujeitos a responder processo ético pois colocam em risco a Saúde Pública e a credibilidade da profissão.

Fortalecendo a inspeção oficial

O carimbo do serviço de inspeção é a garantia que o consumidor tem quanto a sanidade da carne. Foram encontrados casos em que somente o RT estava na hora do abate, o inspetor estava ausente. O CRMV-PR encaminhou os documentos ao chefe do SIP - Serviço de Inspeção do Paraná, Dr. Marco Antônio Teixeira Pinto, para que tome conhecimento e as providências cabíveis. Os veterinários ausentes foram notificados e terão que apresentar justificativas ao Conselho. Assim, a direção do CRMV-PR pretende fazer um trabalho conjunto com os serviços de inspeção oficiais em defesa de interesse do consumidor.

Construção de SIM's

Em muitas cidades o SIM ainda não está organizado. Algumas prefeituras e



matadouros particulares se utilizam de técnicos de nível médio para atuar como "inspetores", o que pode se configurar como exercício ilegal da profissão. Em inúmeros abatedouros, não existe nenhum tipo de supervisão técnica. Em 20 cidades, as próprias autoridades municipais (prefeituras e vigilância sanitárias) chegaram a definir a carne local como "totalmente clandestina".

Providências

O CRMV-PR mandou correspondência aos respectivos prefeitos cobrando a organização de um serviço de inspeção local bem como a contratação de RT's. Ao mesmo tempo, autos de constatação e fotografias foram encaminhados à Pro-

curadoria de Justiça do Paraná denunciando a situação e buscando apoio dos promotores.

Buscando soluções

A Operação Pente-fino continua nas regiões que faltaram. É preciso deixar claro que o Conselho tem a função de fiscalizar, não pode interditar estabelecimentos ou intervir em municípios. Porém, nós, enquanto profissionais diretamente ligados ao setor e instituição oficial que fiscaliza a profissão, devemos buscar as soluções e exigir das autoridades competentes que cumpram com suas atribuições.

O CRMV-PR, diretores e conselheiros, decidiram em plenária que este é o momento para acelerar o processo de mudança. Somente consciência, conhecimento, responsabilidade, respeito ao consumidor e ações incisivas do CRMV-PR, poderão modificar este quadro.



Conselho multa mais de 700 empresas no PR

O CRMV-PR expediu 724 autos de multa contra empresas registradas ou carentes de registro junto a esta Autarquia Federal.

A emissão das multas foi possível após adaptação do sistema de informática do CRMV-PR às novas resoluções do CFMV (670, 672, 682) que alteraram critérios de cobrança de multas. Tais multas foram devidas em parte pela falta de registro no CRMV-PR ou, contra aquelas já registradas, pela não contratação de Responsáveis Técnicos.

Desta vez, os valores variam entre R\$ 500,00 para autuados primários e R\$ 1000,00 para reincidentes, mas podem chegar a R\$

2.000,00. Caso não efetuem o pagamento, registro ou apresentem defesa no prazo estipulado, as empresas serão inscritas em Dívida Ativa e as multas distribuídas para cobrança judicial.

Aviários

Esclarecemos que aquelas empresas beneficiadas pela mandado de segurança concedido ao SINDACA - Sindicato de Aviários, não foram multadas por determinação judicial. O CRMV-PR recorreu e o processo está tramitando em segunda instância para julgamento do mérito.

Por falar em multa...

Lembramos aos colegas que, de

acordo com a resolução do CFMV, os profissionais que cometerem quaisquer atos que afrontem o Código de Deontologia e Ética Profissional já estão, desde outubro, sujeitos a multas previstas em Lei.

Reiteramos também que o médico veterinário e o zootecnista têm o dever de orientar as empresas com as quais mantenham qualquer tipo de vínculo profissional para que estejam devidamente regulamentadas perante o CRMV-PR, seja por registro, ou responsabilidade técnica.

A Legislação citada está disponível no site: www.cfmv.org.br.

O MÁXIMO EM RAIOS-X VETERINÁRIO

Vetmax
MESA BUCKY
80/20
100/100
200/100

Raios-X de tecnologia eletrônica voltado exclusivamente para a área Veterinária. Todo processo de seleção é feito através de teclado e visualizado em display no painel. Esses avanços tecnológicos, garantem ao Veterinário um padrão radiográfico uniforme e grande precisão no diagnóstico.

- Unidade de controle microprocessado.
- Tempos de exposições gravados em memória.
- Cabeçotes de alto rendimento.
- Seleção de (kvp) automática.

Preço Especial
Direto da Fábrica
Consulte-nos

Astex
EQUIPAMENTOS RADIOLOGICOS
A Imagem Inteligente

(11) 6545-1151
(11) 6541-5228

COMUNICADO IMPORTANTE:

À partir de DEZEMBRO de 2001 a empresa ANNA BACOS - ME (nome fantasia CENTRAL CIENTÍFICA), não está Autorizada a comercializar nossos Equipamentos.

O Sistema Produtivo Agropecuário e o Meio Ambiente

O setor agropecuário causa impactos ao Meio Ambiente de várias formas:

- no ambiente natural, quando substitui os ecossistemas por monoculturas;

- nas indústrias, quando fabricam insumos básicos (fertilizantes e agrotóxicos), máquinas e implementos agrícolas, medicamentos, rações e sal mineral a partir de matérias-primas não renováveis (energia fóssil e minas naturais);

- e, na outra ponta da cadeia, na indústria transformadora (frigoríficos, laticínios, conservas, madeiras, fibras e muitas outras), quando produzem resíduos poluentes aos meios urbanos e rurais.

O setor primário agrícola, responsável pela produção de alimentos, é a base desta industrialização centrada numa tecnologia construída visando dois objetivos principais: maximização da produção e do lucro.

As bases do colapso

Contribuíram para esta lógica agrícola os cientistas que, na década de 60, defendiam tal modelo tecnológico como aquele que "salvaria o planeta", evitando que o espectro da fome viesse bater na porta de mais pessoas. Estes mesmos cientistas também divulgaram os agrotóxicos como "a nova arma científica na guerra da Humanidade contra pragas e patógenos de plantas".

Outro fator poderoso foi o slogan: "Alimento para Paz", da campanha lançada em 1962, pelo então presidente norte-americano J. F. Kennedy, vendendo a nova tecnologia para o mundo.

Assim foi implantada o que chamamos hoje de "Agricultura Moderna" ou "Convencional", alavancada pelo movimento que ficou conhecido como a "Revolução Verde".

Mas, a AC - Agricultura Convencional - desenvolveu um rol de práticas na busca de suas metas, no entanto, sem cuidar das consequênci-

as a longo prazo, desconsiderando a dinâmica ecológica dos agroecossistemas.

Segundo Gliesseman, pesquisador da Califórnia, este modelo está alicerçado em seis práticas básicas:

- cultivo intensivo do solo;
- monocultura;
- aplicação de fertilizantes sintéticos;
- irrigação;
- controle químico de pragas e ervas adventícias;
- manipulação de genomas de plantas (aquí acrescento animais).

Estagnação

Segundo a FAO - Food and Agriculture Organization, a produção agrícola anual *percapta*, em nível mundial, obteve um crescimento ascendente entre 1970 e 1995. Assim, a Agricultura Convencional obteve um resultado impressionante, se considerarmos o incremento em produtividade por hectare das principais culturas que formam a base alimentar dos seres humanos. Hoje temos excedente estocado. Para algumas análises mais otimistas, a fome do mundo diminuiu.

Apesar disto, a FAO divulga estatísticas de 1 bilhão de famintos no planeta. Destes, 400 milhões sofrem de fome crônica em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Por isso, a AC está sendo questionada quanto à sua capacidade de produzir alimentos para a Humanidade. Na década de 90, a AC mostrou estagnação resultando dos aumentos menores de produtividade anual, combinados com um crescimento populacional contínuo, em escala logarítmica.

Insustentável

Outro problema levantado é o resultado deste sistema, quando consideradas as influências e consequências no Meio Ambiente: degradação do solo, contaminação das águas por agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, perda da diversidade genética; e na Sociedade: concentração da renda, desemprego e migração massiva do meio rural gerando um enriquecimento violento do custo de pro-

dução, resultando na dependência econômica do agricultor.

A estagnação deste sistema está na falta de sustentabilidade que afetou suas próprias bases. As práticas da AC estão degradando globalmente o ambiente, conduzindo a declínio na biodiversidade, perturbando o equilíbrio natural dos ecossistemas e, em última instância, comprometendo a base de recursos naturais dos quais os seres humanos e a agricultura dependem para se manterem produtivos.

A compreensão da característica deste modelo não pode ser feita apenas com enfoque técnico alicerçado num certo modo de vida, originado por intermédio do tempo e influenciado por uma série de acontecimentos sociais, econômicos, culturais e até religiosos, que fizeram predominar o reducionismo cartesiano.

A influência cultural do homem moderno, segundo a cientista Ana Primavesi, está no individualismo e no racionalismo, bases da Ciência Analítica, da Economia e da industrialização, despreocupadas com Meio Ambiente.

A quebra do paradigma

A proposta de produção baseada na Ciência Agroecológica tem potencial para produção de alimentos de forma crescente e equilibrada, dentro do modelo de "Otimização Produtiva" ou Agricultura Ecológica.

Suas bases são filosóficas, tecnológicas, bioecológicas, sociais, econômicas e éticas. A Agroecologia vai ser parte de uma grande virada no pensamento ocidental, promovendo o bem estar do homem, preservando a nossa Mãe Terra, permitindo que a espécie humana perdure por mais séculos do que hoje o futuro nos destina.



Luiz Alexandre Filho
Zootecnista
Conselheiro do CRMV-PR
Mestrando pela UFSC
em Agroecossistemas



Reportagem
Debate
Opinião
Atualidade
Entrevista
Informação



Revista do CRMV-PR:

**Você também
faz parte dela!**